Acervo ISA

Curso da Juréia - ADJ

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data ____/____/____
cod. CD 00064

# A REGIÃO ONDE SE SITUA A JURÉIA: O VALE DO RIBEIRA

João Paulo R. Capobianco*

A Estação Ecológica de Juréia-Itatins está situada em um dos extremos de uma grande região paulista denominada Vale do Ribeira no sul do Estado de São Paulo, junto a divisa com o nordeste paranaense (vide mapa).

A macro-compartimentação do Vale do Ribeira apresenta, segundo trabalho de Godoy Camargo,1972, três grandes subdivisões quanto as características geomorfológicas.

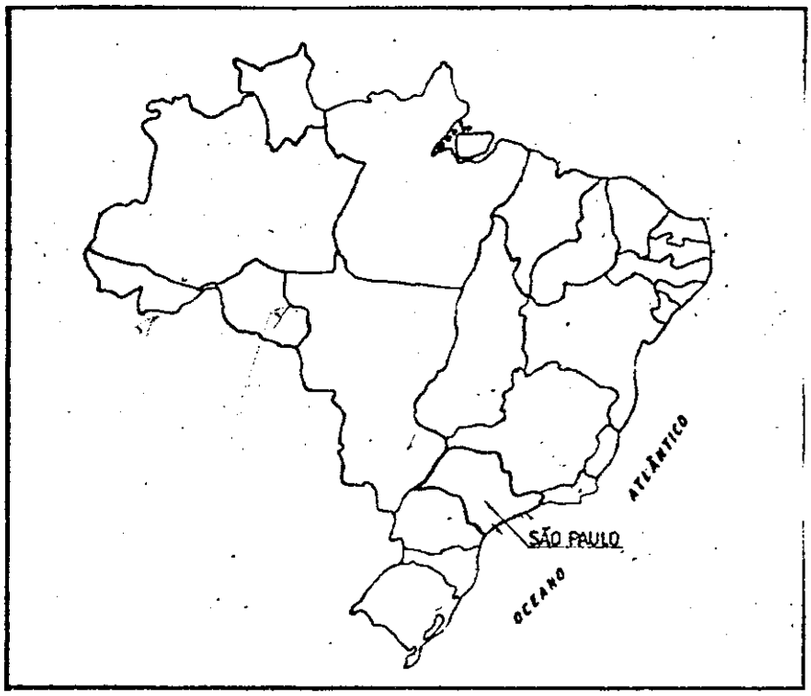
1- A Escarpa da Serra com uma área de aproximadamente 8.600 $km^2$ a escarpa da Serra do Mar forma um paredão abrupto que, chegando a atingir 1.200 a 1.300 metros de altitude, separa a região costeira do interior.

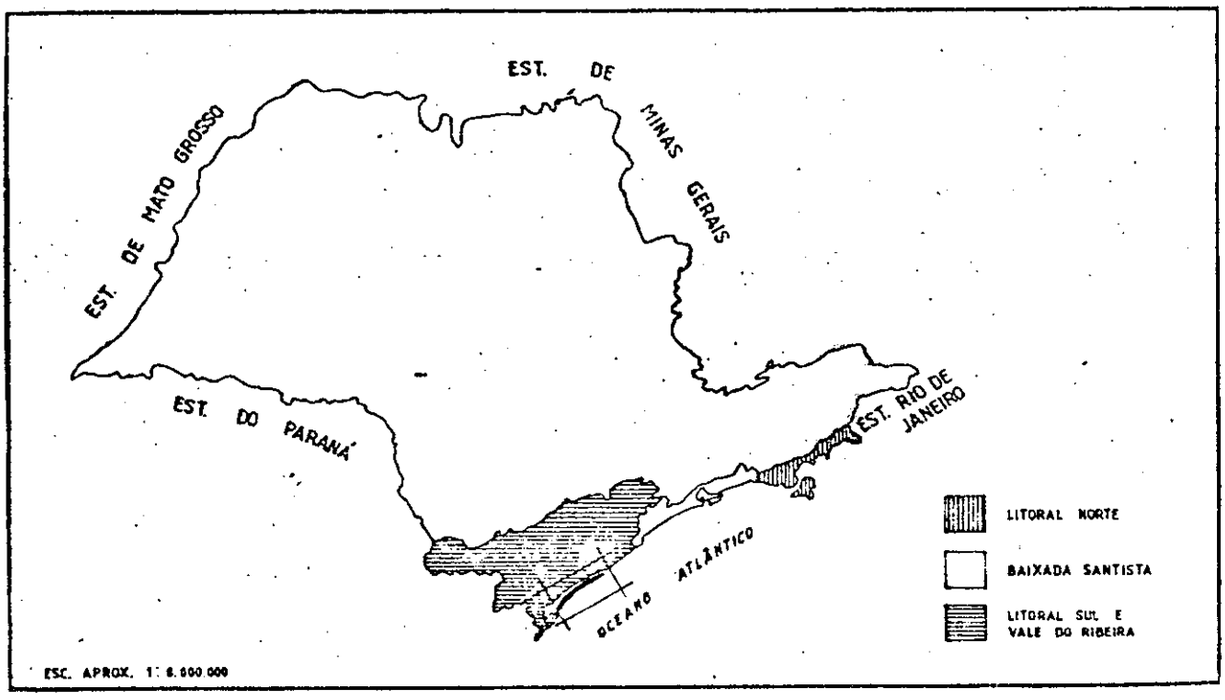
Essa elevação é formada por rochas pré-Cambrianas e apresenta , tanto no extremo norte como no extremo sul, uma grande aproximação com o litoral. No entanto, partindo de suas extremidades em direção a região central, ocorre um gradativo distanciamento da linha de costa, formando uma espécie de arco côncavo para o litoral. A região compreendida entre a Serra e a linha de costa , que tem, portanto, a forma aproximada de um semi-círculo, é constituida por uma grande planície sedimentar, que chega a ter 80 quilômetros de extensão continente a dentro.

As vertentes abruptas das escarpas, quase sempre com inclinação superior a 30º, são cobertas pela Mata Tropical Úmida de Encosta ou Mata Atlântica e desempenham importante papel do ponto de vista ecológico pois, barrando os ventos úmidos provinientes tanto do Sul como do Sudeste, provocam chuvas orográficas que con-

*Biólogo, presidente da Associação em Defesa da Juréia

Acervo ISA

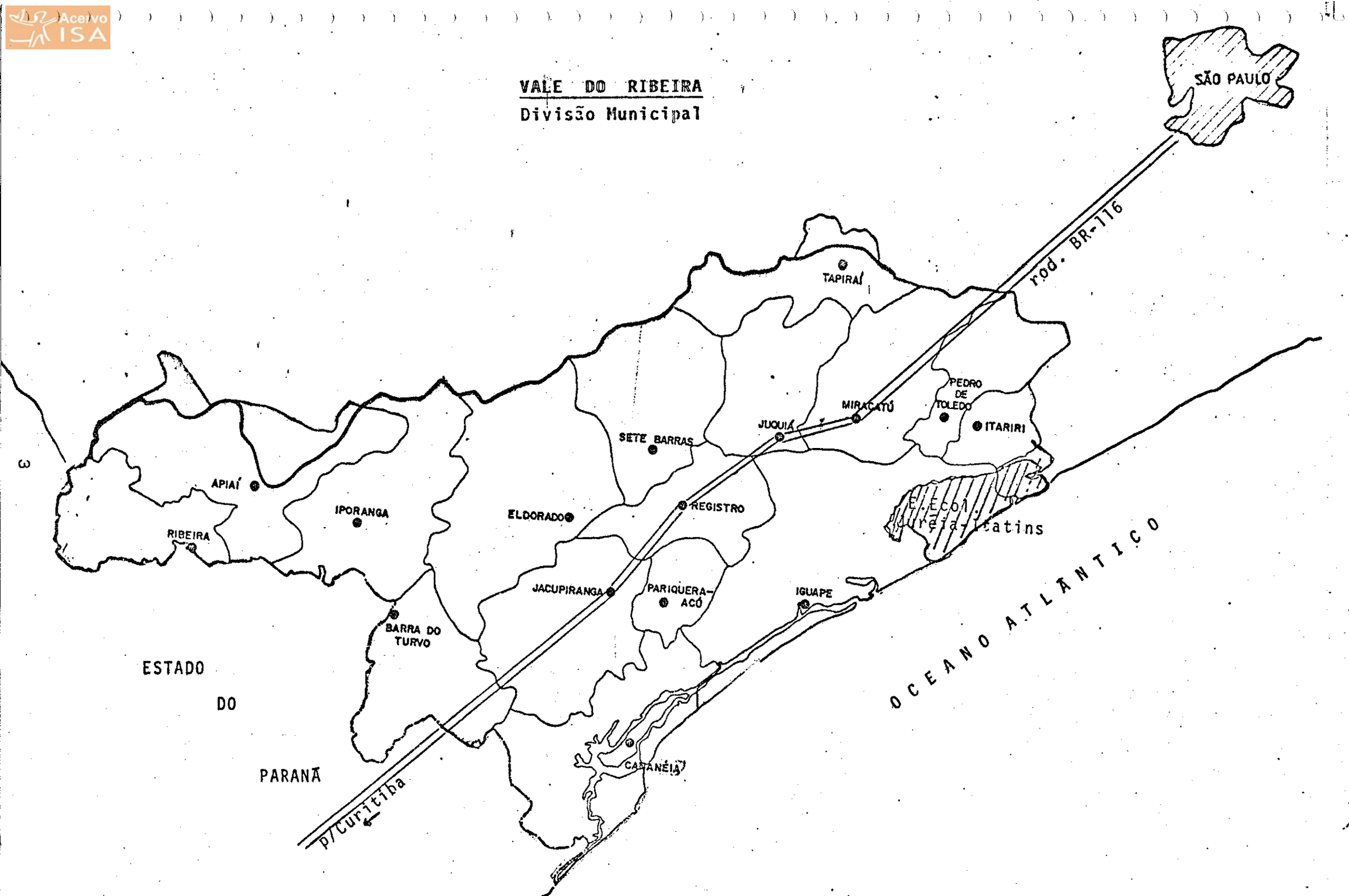

SÃO PAULO
OCEANO
ATLÂNTICO


EST. DE MATO GROSSO
EST. DE MINAS GERAIS
EST. DO PARANÁ
EST. RIO DE JANEIRO
OCEANO ATLÂNTICO
LITORAL NORTE
BAIXADA SANTISTA
LITORAL SUL E VALE DO RIBEIRA
ESC. APROX. 1: 6.000.000

Acervo ISA

# VALE DO RIBEIRA

## Divisão Municipal



Acervo ISA

tribuem para a manutenção da grande riqueza hidrográfica da região.

2- A Baixada é uma grande área plana, com aproximadamente 2.400 $km^2$, formada por sedimentos quaternários resultantes da ação do intemperismo sobre as rochas cristalinas que formam a Serra do Mar. Estes sedimentos trazidos pelos cursos d'água formaram as planícies de restinga, que são terraços de construção marinha oriundos dos movimentos transgressivos e regressivos do mar, durante o Pleistoceno Superior.

A Baixada do Ribeira, que é a maior planície litorânea da costa brasileira, fica encravada entre o mar e a Serra e sua altitude é sempre inferior a cota de 100 metros, predominando numa faixa de 10 quilômetros da costa, altitude de 2 a 3 metros.

O carater arenoso generalizado da planície de restinga, aliado a uma cobertura vegetal de implantação frágil, a mata de Jundú, fazem com que esse conjunto espacial mais costeiro do litoral Sul tenha baixo nível de vocação agrícola.

3- A Zona pré-Serrana é uma área de transição entre as Escarpas da Serra e a Baixada, com aproximadamente 3.300 $km^2$. Possui um relevo mais ou menos ondulado onde se sobressaem os níveis de 50 a 60 metros de altitude, denominados por Silveira como antigos terraços fluviais e colinas.

Sendo uma zona de transição, essa área representa uma ruptura de gradiente no perfil longitudinal dos rios que, acarretando uma diminuição na velocidade de escoamento, provoca a formação de planícies alveolares e várzeas, aumentadas anualmente pelo extravasamento dos rios na época das cheias.

As colinas do Baixo Ribeira Inferior constituem-se em um conjunto de espaços agrários preferenciais na região Sul de São Paulo Suas vertentes apresentam declividade variando entre 5 e 12%, o que permite sua utilização pelas diversas culturas tropicais anuais, semi-perenes ou perenes. Geralmente as zonas de influência dos rios encontra-se ocupada por rizicultura.

Acervo ISA

Destas três grandes regiões a Zona da Serra é a predominante, com aproximadamente 2/3 da área total do Vale do Ribeira.

Com uma riqueza hidrográfica muito grande, consequências das chuvas abundantes que ocorrem durante o ano todo e da formação do subsolo que impede a infiltração da água para as camadas mais profundas (1), 58% da região é recoberta pela exuberante Mata Atlântica que se extende por toda a área Serrana e por locais da região pré-Serrana e da Baixada.

Essa mata é considerada, do ponto de vista de equilíbrio de ecossistemas como "climax" ou seja, todos os indivíduos que a compõem, tantos os dominantes como os subdominantes, estão completamente ajustados entre si e o meio.

**A Mata Atlântica**

Outrora recobrindo toda a fachada atlântica da Serra do Mar, de norte a sul do Brasil, a Mata Atlântica foi a primeira formação florestal do nosso país a sofrer as consequências da exploração irracional. Iniciando se com a retirada do pau-brasil pelos portugueses, logo após o descobrimento, a destruição da floresta prosseguiu, no Nordeste, com a implantação dos engenhos de açúcar que consumiam grandes quantidades de lenha em suas fornalhas e, mais tarde, no Sudeste, com as grandes derrubadas para a plantação dos cafezais.

Até hoje a exploração de madeira para a construção de móveis e casas continua ocorrendo, sempre de forma exaustiva, o que tem levado inúmeras espécies vegetais à extinção, como é o caso do jacarandá-da-bahia.

Sofrendo tal pressão antrópica, esse ecossistema só "escapou" da destruição total nas regiões de difícil acesso, nas porções mais íngrimes da Serra do Mar e nos locais economicamente pouco desenvolvidos. Dos 13.000 $km^2$ de Mata Atlântica que se estima existir no Estado de São Paulo, 8.350 $km^2$ estão no Vale

Acervo ISA

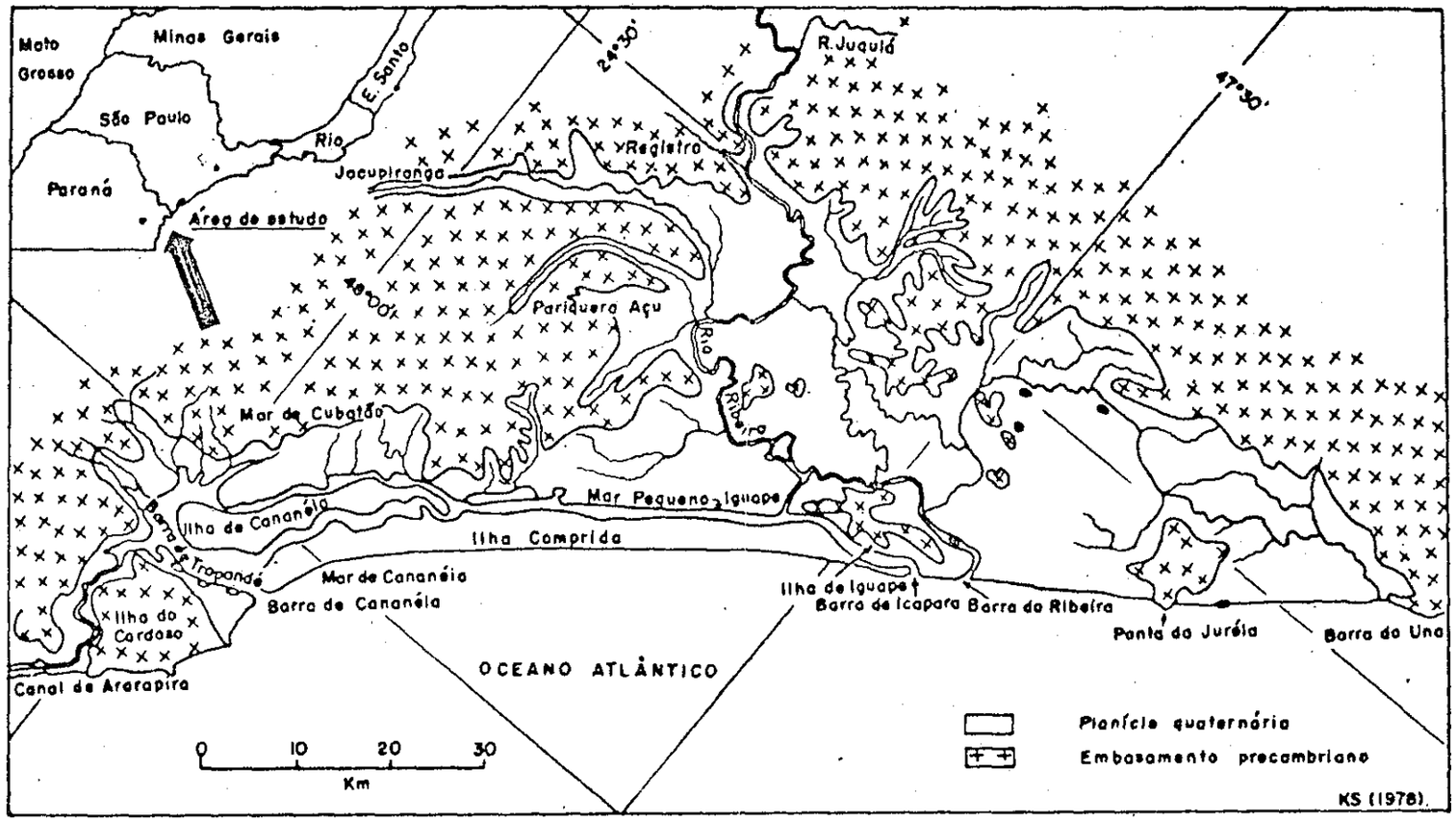
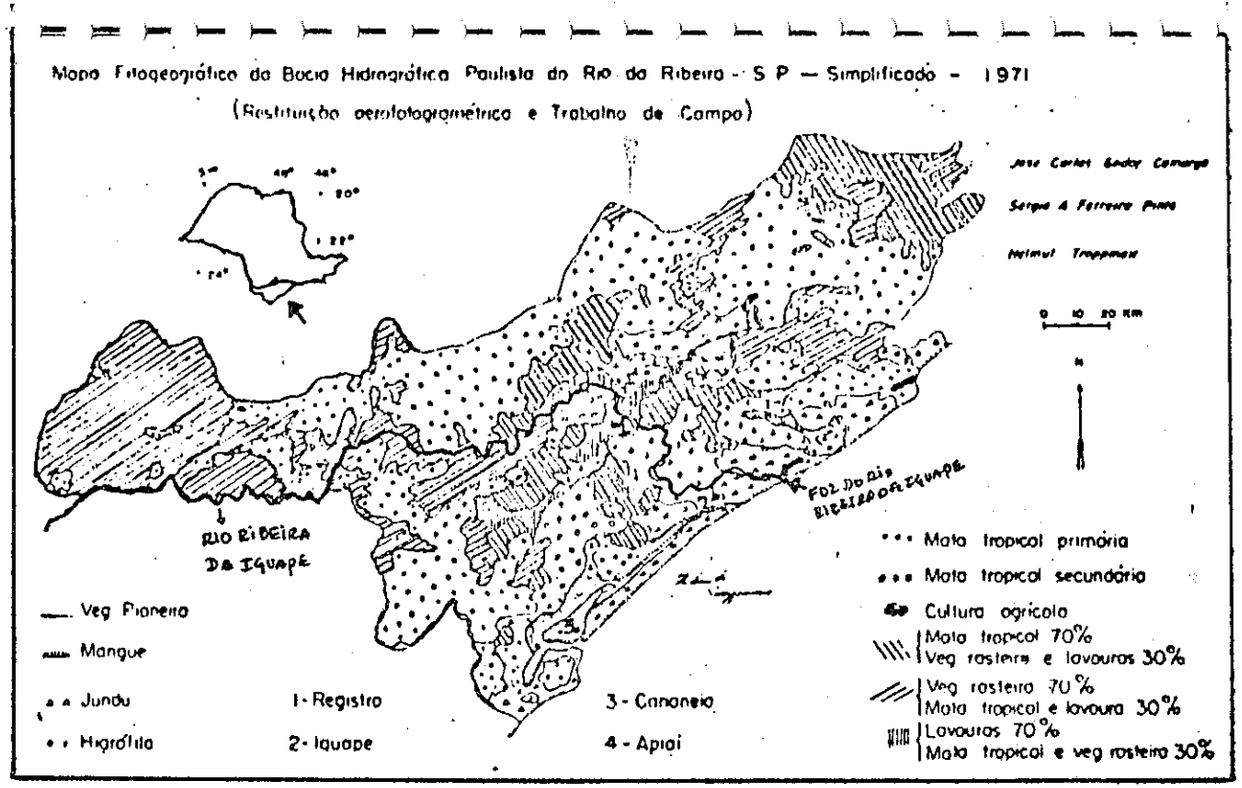
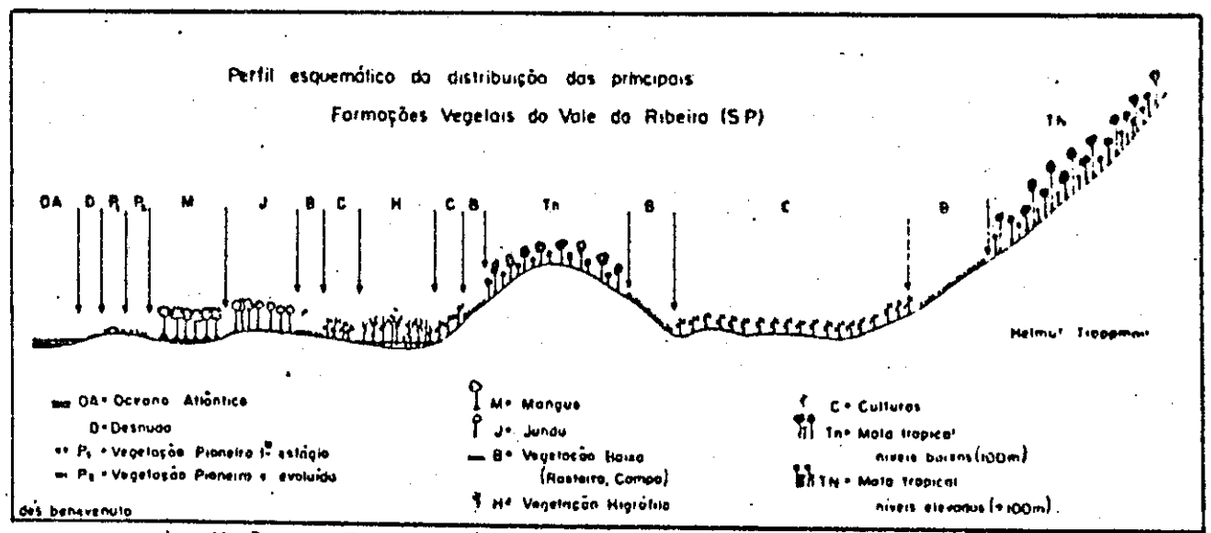



Fig. 1 – Planície quaternária Cananéia-Iguape e situação da Ilha Comprida

Acervo ISA




segundo trabalho de José Carlos Godoy Camargo, Sérgio Ferreira Pinto e Helmut Troppman.




segundo Helmut Troppman

Acervo ISA

do Ribeira, que conserva cerca de 3,5% dos 5% de cobertura primitiva que ainda restam no Estado (anexo 5).

É por esse motivo que grande parte das Unidades de Preservação paulistas estão concentradas nesta região (tabela 1).

**"Subdesenvolvimento" e Preservação**

Os motivos que explicam o atraso econômico do Vale do Ribeira em relação ao resto do Estado, com a consequente preservação de seus recursos naturais, devem ser procurados no início da colonização da região que, aliás, coincide com o início da colonização do país.

No começo do século XVI, com o intuito de proteger suas terras dos ataques piratas, atraídos pelos rumores das riquezas, a Coroa Portuguesa enviou ao Brasil uma expedição comandada pelo Fidalgo Martim Afonso de Souza, futuro donatário da Capitania de São Vicente.

Em 12 de outubro de 1531 Martim Afonso fundava a vila de São João Batista de Cananéia e, em 1º de setembro do mesmo ano partia da nova vila a primeira expedição que se internou pelos sertões do Brasil em busca de ouro e pedras preciosas.

O ouro foi encontrado no Alto-Ribeira e a intensificação de sua exploração, nas primeiras décadas do século XVII, acabou por não favorecer Cananéia, primeira cidade fundada no Vale, mas sim Iguape, erguida na foz do Rio Ribeira de Iguape, caminho de penetração para o interior e de onde partiam as exportações.

A exploração das ricas jazidas de Apiaí e Iporanga trouxe para o Rio Ribeira um intenso tráfego fluvial e, consequentemente, a colonização de suas margens, onde surgiram as cidades de Sete Barras, Juquiá, Ribeira, Jacupiranga, Pariquera-açú, Apiaí, Iporanga, Barra do Turvo, etc.

"Estes povoamentos estabeleceram-se de forma expontânea, baseados no garimpo e na contínua comunicação com as freguesias e ci

Acervo ISA

## ESTADO DE SÃO PAULO

### Unidades de Preservação
tabela comparativa

(tabela 1)

| | | |
|---|---|---|
| Área Total do Estado de São Paulo | 247.898,00 $km^2$ | 100,0% |
| Área Total das Unidades de Preservação do Estado | 9.056,73 $km^2$ | 3,6% |
| Área Total do Vale do Ribeira | 16.174,00 $km^2$ | 6,5% |
| Área Total das Unidades de Preservação do Vale | 3.516,84 $km^2$ | |

| | | |
|---|---|---|
| Área Total das Unidades de Preservação do Estado | 9.056,73 $km^2$ | 100,0% |
| Área Total das Unidades de Preservação do Vale | 3.516,84 $km^2$ | 38,8% |

Em uma área de 6,5% da do Estado se concentram 38,8% das Unidades de Preservação

Acervo ISA

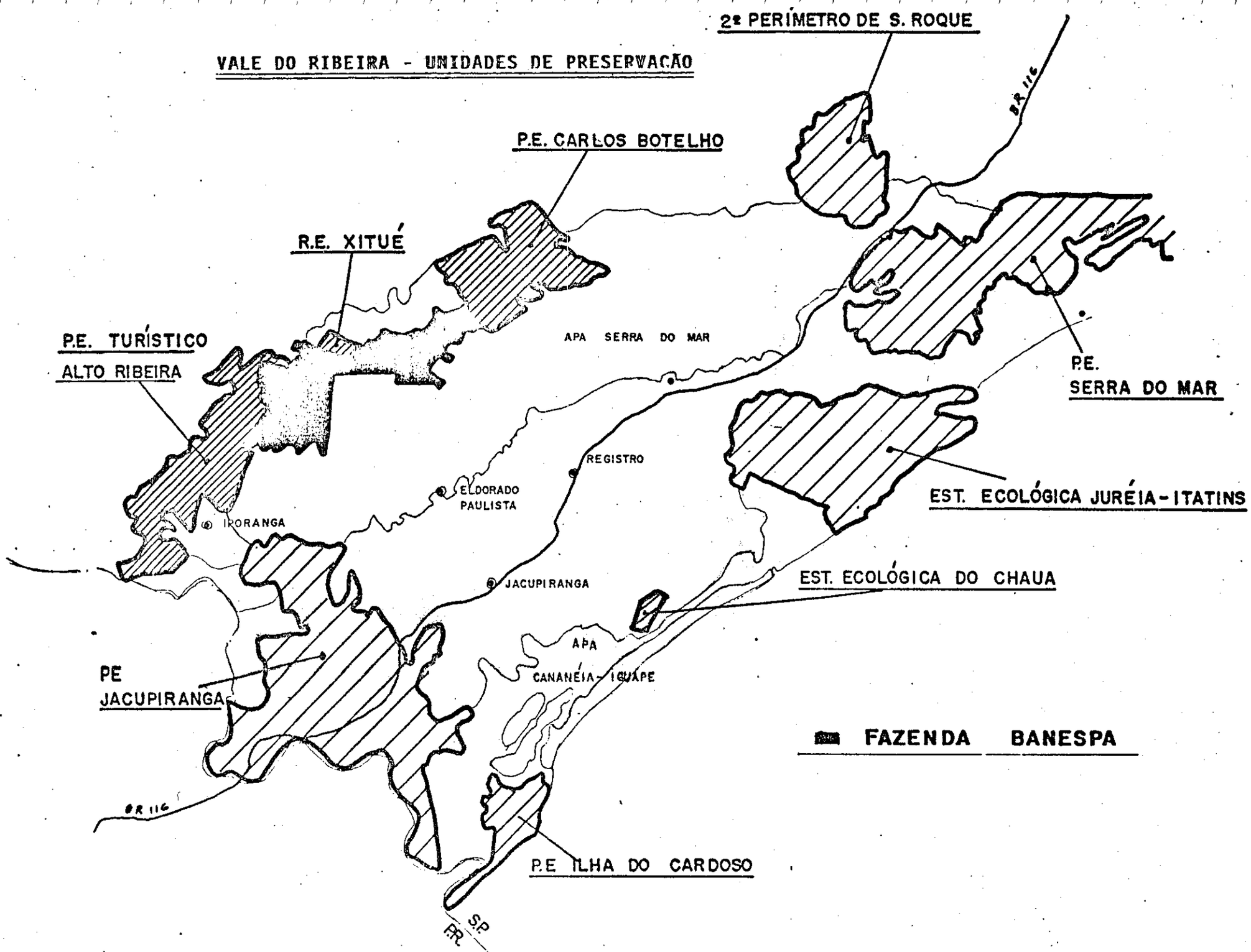
**ESTADO DE SAO PAULO**

**Unidades de Preservação**

| UNIDADE DE PRESERVAÇÃO | DIMENSÕES (hectares) fora do Vale | dentro do vale |
|---|---|---|
| Pq Nacional da Serra da Bocaina | 120.000,00 | |
| Pq Estadual do Alto Ribeira | | 32.102,83 |
| " " do Ara | 63,93 | |
| " " de Campos de Jordão | 8.172,31 | |
| " " da Capital | 174,00 | |
| " " de Carlos Botelho | | 37.644,36 |
| " " da Ilha Anchieta | 1.000,00 | |
| " " de Ilha Bela | 27.025,00 | |
| " " da Ilha do Cardoso | | 22.500,00 |
| " " de Jacupiranga | | 150.000,00 |
| " " do Jaraguá | 488,84 | |
| " " da Serra do Mar* | 309.938,00 | |
| " " de Vassununga | 1.484,00 | |
| Rv Biológica de Paranapiacaba | 336,00 | |
| " " de Mogi Guaçu | 469,00 | |
| Rv Estadual de Águas da Prata | 47,53 | |
| " " do Bananal | 884,00 | |
| " " de Bauru | 287,98 | |
| " " da Cantareira | 5.674,00 | |
| " " de Gália | 2.187,84 | |
| " " de Ibicatu | 76,40 | |
| " " 1º Perím. de Iguape | | 2.699,69 |
| " " de Itaberá | 180,00 | |
| " " de Itapeti | 84,47 | |
| " " de Lagoa Sao Paulo | 13.343,74 | |
| " " do Morro do Diabo | 37.156,68 | |
| " " do Morro Grande | 10.700,00 | |
| " " de Porto Ferreira | 611,55 | |
| " " de Sao Carlos | 75,26 | |
| " " 2º Perímetro S. Roque | | 23.900,47 |
| " " de Vatinhos | 16,94 | |
| " " de Xituê | 2.397,00 | |
| Rv Indígena de Itariri | | 836,70 |
| Es Ecológica de Juréia-Itatins | | 82.000,00 |
| " " de Itirapina | 2.300,00 | |
| " " de Jataí | 4.532,18 | |
| " " de Mogi Guaçu | 980,71 | |
| " " de Paulo Faria | 435,73 | |
| " " de Ribeirao Preto | 154,16 | |
| " " de S. Bárbara | 2.712,00 | |
| Subtotal | 553.989,25 | |
| Subtotal | | 351.684,05 |
| TOTAL GERAL | | 905.673,30 |

*Parte do Parque Estadual da Serra do Mar se encontra no Vale do Ribeira

Acervo ISA


VALE DO RIBEIRA - UNIDADES DE PRESERVAÇÃO
2º PERÍMETRO DE S. ROQUE
BR 116
P.E. CARLOS BOTELHO
R.E. XITUÉ
P.E. TURÍSTICO
ALTO RIBEIRA
APA SERRA DO MAR
P.E.
SERRA DO MAR
REGISTRO
ELDORADO
PAULISTA
IPORANGA
EST. ECOLÓGICA JURÉIA-ITATINS
JACUPIRANGA
EST. ECOLÓGICA DO CHAUA
APA
CANANÉIA-IGUAPE
PE
JACUPIRANGA
FAZENDA BANESPA
BR 116
P.E ILHA DO CARDOSO
SP
PR

Acervo ISA

dades da baixada do litoral. O Rio Ribeira de Iguape, com os bons resultados do garimpo, transformou-se em uma movimentada avenida fluvial, por onde descia ouro e subiam os mantimentos, ferramentas, novas famílias e notícias do mundo." (Clayton F. Lino, 78).

Com a decadência do garimpo, por volta de 1780, alguns núcleos chegaram a desaparecer e aqueles que haviam criado uma infra-estrutura mais desenvolvida, com maior dinâmica interna, foram obrigados a adotar novas bases econômicas baseados na única possibilidade, a agricultura. Essa agricultura no entanto, não encontrou condições técnicas, de solo e de transporte que lhe permitisse superar o carater de economia de subsistência.

Apesar da crise do final do ciclo do ouro, que provocou o êxodo de muitas famílias, Iguape renasce a partir de 1840, com o sucesso de suas plantações de arroz. Alí, cinco beneficiado--ras deste cereal trabalhavam com força máxima para abastecer uma média de 10 grandes navios que entravam no porto semanalmente. Aliás, sua importância como porto estava ligada diretamente a capital do país, na época o Rio de Janeiro, e não a São Paulo, capital do Estado.

Iguape foi o polo econômico mais importante da região, chegando a ter seis jornais, uma escola agrícola (desde 1858), um Consulado Francês permanente (até 1905) e sua população estava acostumada a receber, constantemente, espetáculos vindos da Europa.

A segunda e fatal crise que se abateu sobre Iguape teve como uma das causas, o assoreamento do porto em decorrência da abertura do Valo Grande (terminado em 1855). Esta,que foi a primeira grande obra hidráulica do país, tinha como objetivo diminuir o trajeto a ser percorrido pelos barcos que transitavam pelo Rio Ribeira, em direção a cidade. Porém, aberto inicialmente com 4 metros de largura passou, em menos de um sécu

Acervo ISA

lo, para 300 metros, tornando-se o caminho preferencial do Rio que trouxe todo o material decorrente da erosão das margens do Valo, para o fundo do porto. Impossibilitado de receber navios de grande porte devido a pouca profundidade, Iguape deixa, rapidamente, de ter a importância portuária desempenhada no passado. A partir desse momento inicia-se um processo de separação entre as cidades litorâneas e interioranas do Vale do Ribeira, que se consuma com a centralização dos serviços de portos em Santos e com a construção da Estrada de Ferro Santos-Juquiá, em 1914. (anexo 6)

Antigo povoado situado no entroncamento do Rio Ribeira e a ferrovia acima citada, Registro passa a receber imigrantes japoneses o que possibilita seu desenvolvimento para o nível de cidade. Com a construção da rodovia Régis Bitencourt (Br-116), Registro passa, definitivamente, a ser a "capital" do Vale do Ribeira.

Porém, é somente à partir de 1970 que essa enorme região, que não tinha participado da dinâmica do café e onde perdurava a agricultura de subsistência implantada após o final do ciclo do ouro, passa a chamar atenção dos governantes e dos grandes empresários, iniciando-se uma explosiva ocupação fundiária e uma exploração predatória dos recursos naturais.

**A "Redescoberta" do Vale do Ribeira - o "progresso"**

> "O conquistador não tinha a mínima intenção de aqui fundar nova civilização, muito menos de aprender com as culturas existentes. O que ele procurava era a riqueza imediata. Conceitos como harmonia paisagística, desde séculos arraigados na Europa, eram inconsebíveis na cabeça do saqueador. Se até hoje muita beleza e harmonia sobram em algumas de nossas paisagens, isto certamente não foi intencional. Foi por incapacidade de destruição ou deleixo de saque".(Lutzenberger, José - 1985)

Acervo ISA

Percebendo que a pouca distância de São Paulo existia uma grande e inexplorada região, com enormes extensões de terras devolutas, grande número de propriedades sem divisas definidas e com possibilidades de alta e rápida valorização, as grandes empresas, principalmente agropastoris, madeireiras e imobiliárias , passam a tentar, das mais diversas formas, atuar no Vale do Ribeira tranformando-o no paraiso dos grileiros por elas contratados. Desencadeia-se, a partir de então, uma enorme pressão sobre os donos da terra que, repentinamente, passam a se chamar posseiros. (quadro 1)

O processo de "tomada" da terra ganha roupagens semi-legais nesta enorme e abandonada região. Diversos e sofisticados são os métodos utilizados pelos grileiros, conforme descrito no "Dossiê Complexo Estuarino Lagunar de Iguape, Cananéia e Paranagua", elaborado pelo grupo SOS Mata Atlântica e pró-região lagunar:

1- **Invasão pelo gado** - Os grileiros danificam cercas de arame farpado em certos pontos de pastagens que mantêm em áreas já dominadas e permitem que o gado invada as culturas de subsistência nas áreas que pensam ocupar. Os pescadores ainda se queixam à polícia - o que geralmente dá em nada. Ao longo de algum tempo eles entregam suas terras para os grileiros por quantias irrisórias.

2- **Direitos hereditários** - Se uma extensa área entra em inventário pela morte do dono legítimo, o grileiro já sabe como entrar nela. Compra, antes de concluída a partilha, os direitos de apenas um ou alguns dos herdeiros. Em seguida, elabora um mapa de toda a área, obtem o reconhecimento dos confrontantes e enche os terrenos com placas com seu nome. Quando os demais herdeiros acordam, já não têm mais acesso a nada e são obrigados a ingressar na Justiça. A maioria deles, entretanto, não tem recursos ou preparo intelectual para percorrer o penoso e caro caminho judicial. Acabam fazendo um "acordo" com o novo "proprietário".

Acervo ISA

**3- Caiçara como empregado** - De repente, o grileiro consegue contratar como seu empregado o posseiro ou o caiçara que ocupava determinada área no litoral. Passados alguns anos ele é despedido e, quando tenta voltar para sua terra para cultivar, é impedido judicialmente. Tudo o que caracterizava uma posse de várias décadas acaba transformando-se em "autorização para plantio concedida a um empregado".

**4- Retificação de divisas** - Muito comum. O grileiro pede retificação de divisas através da ação ordinária. Seus vizinhos são citados mas nem todos comparecem. Quando descobrem o ardil, além de se deparar com uma "escritura" incluindo suas terras, nas mãos do grileiro, vão observar que as divisas foram há tempos retificadas, à revelia.

**5- Aquecimento** - No "aquecimento" de propriedades "frias", o expediente é complicado: dois grileiros, em comum acordo, estabelecem-se numa área aparentemente sem dono e começam a "brigar" entre si na Justiça. Durante o processo que pode durar de dois a quatro anos, as partes se acusam deixando os juízes sem subsídeos. Quando o impasse parece intransponível, as partes se reunem e decidem, de comum acordo, chegar a uma solução. Feliz por resolver um litígio aparentemente sem fim, os juízes homologam o acordo e os grileiros se transformam em proprietários de áreas "quentes", com documentação efetiva.

Através desses perversos expedientes, as populações caiçaras, que vivem da pesca artesanal e pequena roça e os grupos de posseiros, que desenvolvem uma agricultura de subsistência, são desalojados das terras que ocupavam há muitas gerações. Um pequeno contingente do primeiro grupo será empregado nas obras de construção dos loteamentos e, mais tarde, alguns serão caseiros, com salários muito baixos. A grande maioria, no entanto, deixa a orla marítima em direção ao interior e são, a cada dia, mais empurrados para a Serra.

Acervo ISA

## CONFLITOS DE TERRA
## Vale do Ribeira

(quadro 1)

| CONFLITOS CONSTATADOS | QUANTIDADE | % |
|---|---|---|
| -Em toda a área de atuação da SUDELPA (inclui o Vale do Ribeira | 78 | 100 |
| -No Vale do Ribeira | 63 | 80 |

| CONFLITOS ATENDIDOS | Nº DE FAMÍLIAS | % |
|---|---|---|
| -Em toda a área de atuação da SUDELPA (inclui o Vale do Ribeira) | 2.213 | 100 |
| -No Vale do Ribeira | 1.299 | 58 |

Obs.: Dados fornecidos pelo Grupo de Resolução de Conflitos de Terras da Secretaria de Assuntos Fundiários

Acervo ISA

Para os grupos de posseiros também ocorre a expulsão das áreas mais planas da Baixada e da região pré-Serrana, onde a terra possui condições mínimas de produção agrícola, para cotas cada vez mais altas da Serra onde, além das dificuldades de plantar, acabam por promover alterações na cobertura vegetal que, devido ao empobrecimento do solo em decorrência da erosão (*), trás novos e maiores problemas à sobrevivência destes grupos.

A concentração de terras em poder de poucos proprietários (quadro 2), resultante do processo de expulsão dos lavradores e da absorção das pequenas propriedades, trás como consequência uma pressão fundiária de pequenos agricultores em áreas menos aptas e, portanto, menos valorizadas, levando a fronteira agrícola para locais impróprios ou marginais. Segundo levantamento realizado pela DIRA do Litoral Paulista e Instituto Agronômico de Campinas em 1981, estão sendo cultivados no Vale 63,33% das terras menos aptas contra apenas 32,87% das terras aptas.

Hoje é caótico o quadro que se verifica em todo o Vale do Ribeira. A chegada do processo capitalista com a consequente privatização dos recursos nas mãos de poucos, não trás, como já foi suficientemente demonstrado, nenhum benefício real às populações originais da região, ao contrário, destroi a organi-

---

(*) Quando uma floresta tropical é desfolhada, ou limpa para práticas agrícolas, a reciclagem contínua dos nutrientes entre o solo e as plantas é interrompida. As pesadas chuvas carregam a fina camada de nutrientes do solo; as últimas substâncias a serem carregadas são os óxidos de ferro e alumínio. O solo fica exposto ao sol e ao oxigênio; ocorre então uma série de complexas mudanças químicas, ocasionando, muitas vezes a formação de uma substância rochosa, denominada "lateritas"(de laters, palavra latina que significa tijolo).(Ehrlich, Paul R. 1974).

Acervo ISA

## VALE DO RIBEIRA

### Terras Agrícolas

(quadro 2)

| TERRAS | QUANTIDADE ($km^2$) | % |
|---|---|---|
| cultiváveis | 2.700,92 | 17 |
| com nítida vocação florestal | 13.473,49 | 83 |
| TOTAL | 16.174,41 | 100 |

### Concentração de Terra

| PROPRIEDADES * | % sobre o total de imóveis | % de terras que ocupam em relação ao disponível na região |
|---|---|---|
| até 30 hectares | 64,8 | 14,4 |
| acima de 100 hectares | 9,8 | 62,5 |

(*) Dados dos municípios de Itariri e Pedro de Toledo

Acervo ISA

zação socio-econômica destes grupos e destroi os recursos naturais. "A presença de grandes proprietários não ameaça apenas a sobrevivência dos pequenos, ameaça a própria cobertura vegetal" (Dossiê do grupo SOS Mata Atlântica e pró-região lagunar, 1986).

**No interior** a derrubada da mata e a mineração, deixando para trás a desertificação, o assoreamento e a poluição dos rios ; os grandes projetos agropastoris com a monocultura e o terrível problema dos agrotóxicos (anexo 7). **No litoral** a especulação imobiliária, com seus loteamentos criminosos (anexo 8) aterrando mangues, poluindo rios e mar; a pesca predatória diminuindo a capacidade produtiva das águas litorâneas. **Em todo lugar** a exploração irracional e a caça que não respeita sequer o período de reprodução dos animais.(anexo 9)

Tudo isso acontecendo em detrimento do próprio homem do Vale do Ribeira, explorado e oprimido pelo mesmo modelo econômico que,se auto intitulando "progresso",está esgotando os recursos naturais e poluindo de maneira irreversível o ambiente.

---

(1) A litologia que na parte Serrana do Vale do Ribeira caracteriza-se por litosois, cujo horizonte C é formado por granitos , gnaisses, filitos e outras rochas, impedem a infiltração da água para as camadas mais profundas, originando um lençol freático / pouco profundo que faz aparecer grande número de fontes e de cursos d'água. (CAMARGO, PINTO e TROPPMAIR - 1972)

Acervo ISA

BIGUAZINHO
MORRO GRANDE
TRÊS IRMÃOS
TACANJA
Pedro Barros
Faz. da Praia Alta
Faz. Nuzaná
Faz. Passarelli
AREIA BRANCA
Faz. S. Francisco
Faz. São José
VILA PERUÍBE
Rodovia Pe
Est. Guriqual
POÇO GRANDE
Faz. Três Santos
PEDRO DE TOLEDO
Faz. Anachiro
Raposo Tavares
ITARIRI
Ana Dias
Balneário Josedy
Faz. Paraíso
MIRACATU
Faz. Paiaval
Sít. dos Morais
Mo. dos Morais
Sít. do Tuzino
BAÍA DA AGUA PARADA
Jardim do Cajú
Três Barras
Faz. S. José
Jardim Ribamar
Oliveira Barros
Cedro
JUQUIÁ
Vila Pedreira
Torre (EMBRATEL)
Est. Biguá
SA. DA RAINHA OU MIRACATU
São José
BARRA BUNDA
BRAÇO DO MEIO
Sít. do Cincinato
RIO BONITO
Pico do Guapa-Chibiva
Faz. S. João
PERUÍBE
POUSO ALTO DE BAIXO
SA. DO TAQUARÇUÇU
SA. DA BEZERRA
SA. DO POUSO ALTO
ARARIBÁ
Faz. Cabiúna
SA. DO PERUÍBE
SERRA DOS ITATINS
Mo. do Bah
Faz. da Capoeira
Faz. Santo Antônio
SERRA DO MONTE ALEGRE
BANANAL
ESBRAIADO
Mo. Deus de Deus
Torre
Ilha de Guaraú
Mo. do Maceno
Ilha do Amaral
Pta. do Juquiá
ALTO DO PEROPAVA
Faz. dos Carvalhos
Faz. da Pedra Branca
PARAÍSO MIRIM
PEROPAVA
TUCUM
Rio Novo
Rio Ribeira de Iguape
Rio do Engano
AGUAPEÚ
BARRA DO UNA
Mo. do Araújo
COVEIRO
Faz. Colombina
Faz. do Barro Guaviruva
SERRINHA
SA. DO POCINHO
Faz. S. Catarina
Mo. do Carmbira
Mo. do Quilombo
Mo. do Grajaúna
Pta. da Grajaúna
Praia do Rio Verde
Faz. S. Antônio
ESTALEIRO
Faz. Maryana
Mo. do Araçuara
UMBEVA
ALDEIA
PRELADO
Pta. da Juréia
SERRA DA JUREIA
Faz. S. Benedito
Mo. do Ipuvina
Ilha dos Papagaios
Balsa
Faz. Santana do Iguape
Barra do Ribeira
CAMPO LARGO
Sít. Tapari
Faz. Três Barras
Icapara
IGUAPE
Ponte do Icapara
Prainha
Banana

Acervo ISA

# A ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE JUREIA-ITATINS

## 1- Introdução

É dentro do contexto extremamente confuso e conturbado do Vale do Ribeira, descrito anteriormente, que se situa a Estação Ecológica de Juréia-Itatins.

A preocupação com a preservação desta área natural, considerada uma das mais importantes do país, inicia-se na década de 70, motivada pela ameaça causada pela citada corrida dos grandes interesses econômicos para o até então esquecido Vale do Ribeira.

Preocupado com o destino da Serra da Juréia, "um dos maciços costeiros topográficamente e paisagisticamente mais expressivos e melhor preservados dentre todos os conjuntos similares existentes em diversos pontos da fachada atlântica do Brasil de Sudeste"(Ab'Saber, A. N.), onde já havia sido aprovada pela Prefeitura de Iguape a construção de um condomínio vertical de alto luxo para 70.000 pessoas, Ernesto Zuarg, vereador da cidade de Itanhanhém, lidera um movimento que obtem o tombamento do maciço da Juréia em 1977, pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado). Apesar de tal instrumento não impedir a construção do referido loteamento, foi o primeiro passo na longa marcha preservacionista que se iniciava.

Em 1979, dois anos após o tombamento, a SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente (Governo Federal) recebe, através de um Contrato de Comodato assinado no dia 25 de julho com os proprietários da região, o direito de instalar uma Estação Ecológica

Acervo ISA

em 1.100 hectares do maciço da Juréia. No entanto, tal contrato previa a não interferência da SEMA na futura implantação do condomínio, que ocuparia toda a baixada lateral ao maciço o que, sem dúvida, prejudicaria qualquer trabalho científico que viesse a ser realizado.

Porém, em 1980, antes mesmo que se consolidasse a Estação Ecológica da Juréia, a NUCLEBRÁS - Empresas Nucleares Brasileiras S/A do Ministério das Minas e Energia, escolhe a região para implantar as usinas nucleares Iguape 04 e 05, previstas no controvertido Acordo Nuclear Brasil-Alemanha.

A razão principal da escolha desta região foi a incipiente ocupação humana verificada na área, consequência da conformação natural deste trecho do litoral paulista. Condicionada pela presença dos maciços da Juréia, Itatins e Parnapuã com relevo acidentado e por planícies litorâneas de formação recente e, portanto, com solos inadequados à exploração agrícola, a fisiografia desta região garantiu seu relativo isolamento, a preservação de suas condições naturais e o abrigo a uma grande variedade de espécies animais e vegetais dramáticamente ameaçadas de extinção em outros locais do país.

Por esses motivos, através do Decreto Federal nº 84.771 de 04 de junho de 1980, foi declarada de utilidade pública, para fins de construção de usinas nucleares, uma área de 23.600 hectares que incluia todo o maciço da Juréia e Parnapuã, além da extensa planície circundada pelo Rio Una do Prelado ou Rio Comprido.

A SEMA, que através deste ato perde sua base na região, volta a adquirir o direito a instalar-se na Juréia devido a assinatura pelo então Presidente da República João Figueiredo, do Decreto nº 84.973 de 29/07/80 que dispõe sobre a co-localização de usinas nucleares e estações ecológicas. Segundo esse Decreto, "as usinas nucleares devem ser localizadas em áreas delimitadas com estações ecológicas". Desta maneira, a Estação Ecológica da

Acervo ISA

Jurêia passa de 1.100 para 23.600 hectares.

Com alojamento para cientistas e toda uma infraestrutura básica, esta Estação Ecológica tornou-se um local de grande importância para a comunidade científica, dado a sua condição ímpar de apresentar um ambiente extremamente conservado à apenas 200 quilômetros de São Paulo. Aproximadamente 40 projetos de pesquisas foram desenvolvidos na área, alguns de projeção mundial, envolvendo órgãos financiadores nacionais e internacionais.

Devido ao seu excepcional valor paisagístico, natural e ecológico, o Governo do Estado, em 06 de julho de 1985, inscreveu-a no Livro de Tombamento restringindo, parcialmente, a utilização da área.

Entretanto, cinco anos após ter decretado de utilidade pública toda a região citada, a NUCLEBRÁS não realizou a desapropriação das propriedades particulares existentes na área e, a partir de 04 de junho de 1985, perdeu o direito de permanecer com a posse das terras. Em vista disso e da reformulação do Programa Nuclear Brasileiro realizado pelo governo da Nova República, toda a área anteriormente reservada,voltou ao seu status anterior, retornando aos seus antigos proprietários.

Se até então a Jurêia permaneceu preservada, seja pelas características fisiográficas já citadas, seja pela "proteção" da NUCLEBRÁS que durante cinco anos não deixou quase ninguém entrar, a devolução das terras para os particulares significaria a rápida e irreversível degradação da região.

A exemplo do que vem ocorrendo de forma generalizada em todo o litoral brasileiro, a especulação imobiliária nesta área acarretaria na destruição da porção mais expressiva do litoral paulista e de todo o Sudeste brasileiro ainda resguardada em suas condições naturais, comprometendo seriamente a sobrevivência de inúmeras espécies animais e vegetais que têm aí um dos seus últimos refúgios . Representaria ainda destruição da cultura e estrutura de vida das

populações que vivem na região há muitas gerações, rebaixando ainda mais a já precária qualidade de vida destas comunidades.

A preocupação com o destino da Juréia, agravada pelas notícias sobre a pressão de imobiliárias (anexo 10), uniu população , ambientalistas, políticos e cientistas que, apoiados pela imprensa realizaram uma grande movimentação na cidade de São Paulo. Em um dos pontos altos dessa movimentação, foi realizada uma reunião aberta ao público nosdias 16 e 17 de dezembro de 1985, da qual resultou um documento enviado ao Governador do Estado, onde era solicitada imediatas providências no sentido de transformar toda a região da Juréia e da vertente atlântica da Serra dos Itatins em estação ecológica estadual (anexo 11).

Sensível a pressão do movimento ambientalista que se organizou em dois grupos: Grupo de Defesa da Juréia e Movimento Pró-Juréia que, mais tarde se unificaram na Associação em Defesa da Juréia, o Governador Franco Montoro cria, em 20 de janeiro de 1986 a Estação Ecológica de Juréia-Itatins com 82.000 hectares, sendo a maior parte no município de Iguape e, um ano após, no dia 06 de fevereiro de 1987, assina decreto tornando a região de utilidade pública para fins de desapropriação.

## 2- Quadro Natural

**Clima:** o clima do litoral meridional do Estado de São Paulo , onde está localizada a Estação Ecológica de Juréia-Itatins, é classificado como tropical sub-quente, superúmido, sem seca. A temperatura média local é de 22,7º sendo a média das temperaturas mínimas igual a 18,6º e 29,9º a média das máximas (IBGE,1977).

A pluviosidade em quase todo o litoral de São Paulo é alta e, embora no local da Estação passe da isoeta de 1.750 mm, a pluviosidade medida em 1983 ficou em torno de 4.170 mm, sendo os meses de fevereiro e março os mais chuvosos, contando com mais de 500 mm de chuva cada um. Na estação existe um gradiente vertical de

Acervo ISA

temperatura de acordo com a altitude, que em média corresponde a 1º C para cada 250 metros.

**Hidrografia**: existe na área da Estação uma rede hidrográfica constituida pelos rios Una do Prelado (ou Comprido) que práticamente circunda o maciço da Juréia; o Guajaúna; o Verde que serve de local para desova de Tainhas e Robalos, antes de ser interceptado por uma cachoeira; o Descalvado e o Branco.

Um dos resultados mais inesperados na pesquisa hidrobiológica da Estação Ecológica da Juréia foi, segundo F. D., Por a descoberta de diferentes tipos de rios, semelhantes até certo ponto, aos diferentes rios da Amazônia.

O Rio Una do Prelado (Una quer dizer negro em Tupi-Guarani) é um dos mais importantes da região e serve como bacia de captação dos diversos rios que descem a vertente norte da Serra da Juréia e a vertente atlântica da Serra dos Itatins. Esse rio funciona como um coletor dessas águas, não tendo uma nascente propriamente dita. Como o próprio nome explica, suas águas possuem uma coloração escura devido a presença de ácidos húmicos provenientes da região onde capta suas águas, o Banhado Grande. Apresenta um pH baixo, às vezes inferior a 4.

Sendo o Rio Una um rio de elevação mínima, é dominado pela influência das marés, que é sentida por mais de 30 quilômetros ao longo do Rio. Por outro lado, sendo situado em uma das regiões mais chuvosas do Brasil, é muito influenciado pelas águas de chuva. Este rio, portanto, carrega alternadamente água salgada e água doce.

Como resultado dessa flutuação extrema das condições hidrológicas, a fauna mostra densidades muito baixas. A floresta de mangue é bem desenvolvida mas não é acompanhada da usual presença de ostras, cracas e mexilhões desse ecossistema.

O Rio Verde, situado mais ao sul, é o principal canal de dre-

Acervo ISA

nagem do maciço da Juréia e é completamente diferente do Una. Essse rio, no seu percurso de 2 a 3 quilômetros até a foz, apresenta uma camada profunda de água salina que, na maré baixa ou em dias de chuva, é coberta por uma camada de água doce que corre para o mar.

Sendo um rio mais ou menos claro, não possui o pH baixo do Rio Una e é conhecido por sua rica população de peixes.

Geologia e Geomorfologia: "Entre as extensas formações quaternárias da Baixada da Ribeira, destaca-se um pontão rochoso (Ponta da Juréia) que avança para o mar, apresentando orientação predominantemente leste-oeste. Mais ao norte, aparecem outros pontões (Ponta do Grajaúna e Ponta do Una) que se dispõe paralelamente à Ponta da Juréia, interceptando as praias que se estendem até as proximidades da Peruíbe. São elas a Praia do Rio Verde e a Praia do Una.

De acordo com o Mapa Geológico do Estado de São Paulo (IGG, 1974), esses três pontões representam afloramento de rochas pré-Cambrianas e cristalofilianas, sendo a Ponta da Juréia, constituida de Gnaisses e Migmatitos. Para o interior essas rochas se estendem formando amplo maciço que se encontra circundado pelas Planícies do Rio Una do Prelado, a oeste, Rio Cacunduva ao norte e Ribeirão do Grajaúna ao leste." (TARIFA et al, 1983)

Antiga ilha, o maciço da Juréia foi incorporado ao continente devido ao longo trabalho de deposição da areia, obtida da erosão das rochas litorâneas, realizado pela ação do mar e dos rios, associado às regressões e transgressões marinhas.

Destacando-se na paisagem da região, esse maciço chega a atingir 869 metros de altitude e diversos são seus contrafortes, sendo que no extremo de um deles sobressai uma grande rocha com cerca de 250 metros de altura, denominada Pogoçá.

Uma outra importante característica do maciço da Juréia é o

Acervo ISA

fato dele ser bipartido, desfeito em duas porções formadas por dois altos espigões. É para o vale,que quase separa totalmente estes dois núcleos topográficos,que convergem as diversas aguadas que descem pelas encostas do maciço formando várias quedas d'água, sendo algumas delas de rara beleza como a do Salto de Itopava,

"O modelado dos topos apresenta cristas, espigões e morros isolados, cujo direcionamento reflete o controle estrutural da evolução fluvial. Os topos das escarpas que bordejam todo o maciço acompanham, em grande parte, os mais expressivos alinhamento da drenagem. Essa escarpa apresenta sinuosa e bastante variável, não só na altitude, mas também no seu desnível em relação às planícies litorâneas. As variações de altitude e a passagem de um nível para outro, às vezes de maneira brusca, denotam a presença de escarpas escalonadas, provavelmente pertencentes a gerações diferentes relacionadas com as diversas fases de elaboração do relevo". (TARIFA et al,1983)

**Ecossistemas Terrestres**: na Estação Ecológica de Juréia-Itatins, estão representados os principais ecossistemas existentes no litoral do Estado de São Paulo, antes da intensa e ainda crescente urbanização verificada nessa região.

Assim sendo, podemos encontrar grandes porções de Mata Atlântica recobrindo as diversas formações montanhosas; jundu, nas grandes planícies de restingas; manguezais, na foz do Rio Una, e do Rio Verde; vegetação de altitude, no topo do maciço da Juréia.

Submetidos ao mesmo regime climático, os ecossistemas refletem particularmente, as condições do substrato sobre o qual se desenvolvem. Desta maneira, na planície de restinga, constituída por sedimentos arenosos de formação recente, pode-se notar com clareza um gradiente crescente de biomassa e diversidade vegetal da praia para o interior. Essa diferença corresponde a progressiva melhoria da qualidade do substrato, decorrente da constante incorporação de húmus, e da atenuação dos efeitos re

Acervo ISA

sultantes da proximidade com o oceano.

Nesta região são visíveis os extremos deste gradiente de vegetação, representado de um lado pelas herbáceas pioneiras das dunas, submetidas ao impacto dos borrifos do mar e do solo pobre e movediço, de outro, pelas comunidades vegetais que vão, progressivamente, se sucedendo cada vez com maior número de espécies e maior porte até atingir a fisionomia florestal, constituindo a Mata de Jundu, que já apresenta um dossel contínuo, com aproximadamente 5 a 6 metros de altura.

Essa mata da planície litorânea forma um contínuo com a Mata Atlântica que recobre a Serra dos Itatins, o maciço da Juréia e outras elevações que aparecem na região. Essa floresta, que se desenvolve sobre solos originados de rochas do maciço cristalino, apresenta uma exuberância muito maior, com um dossel que chega a atingir aproximadamente 18 metros de altura. Sob essa cobertura contínua podem ser distinguidos pelo menos dois outros estratos, um constituído por espécies arbóreas de alturas entre 5 e 8 metros e outro formado por arbustos e herbáceas de menor porte. É notável a presença de pteridófitas e palmeiras, como o palmito, e a abundância de epífitas como bromélias e orquídeas que recobrem grandes porções dos ramos das árvores.

A vegetação de mata que recobre o maciço da Juréia apresenta variações quanto a fisionomia de acordo com a altitude. Assim, na sua base a vegetação é densa, apresentando árvores de grande porte. A medida em que aumenta a declividade, a espessura do solo diminui, acarretando o aparecimento de árvores menores, de aspectos mais uniformes e com maior densidade. Na parte superior do maciço, onde a declividade é mais suave, ocorre uma substituição paulatina de formação arbórea por arbustiva, sendo a população de bromélias abundante. No topo do maciço, verifica-se uma formação vegetal não muito comum no litoral paulista, é a ocorrência dos chamados campos de altitude, caracteri-

Acervo ISA

zados pela predominância de vegetação rasteira, com aproximadamente 40 centímetros de altura, onde raras árvores se sobressaem.

Nos estuários dos rios Una do Prelado e Verde, onde a dinâmica das águas possibilitou a deposição de sedimentos finos, formando um substrato lodoso e que está sob a influência das marés, ocorre a formação de manguezais, onde são encontradas as três espécies halófitas típicas dos manguezais do Brasil (Rhizophora mangle, Laguncularia racemosa e Avicennia schaweriana)(DELITTI E SHIMIZU, 1983)

**Fauna**: existem na Estação Ecológica de Jureia-Itatins, várias espécies de animais ameaçados de extinção, entre eles destacam-se o mono-carvoeiro (Brachyteles arachnoides), jaguar (Panthera onca), papagaio-de-cauda-vermelha (Amazona brasiliensis), oncelote (Felis pardalis), anta ou tapir (Tapirus terrestris), macuco (Tinamus solitarius), abelha gruarupu (Melipona bicolor), abelha tujuba (Melipona rufiventris).

A área abrangida pela Estação Ecológica é uma região de grande interesse para a ornitologia, pois apresenta uma grande variedade de ambientes como mar, praia, mangue, rio, grotas úmidas, jundu, mata pluvial tropical e campos de altitude. Isso possibilita o aparecimento de grande diversidade de espécies, adaptadas aos diversos nichos ecológicos disponíveis. Além disso , as aves que habitam as matas remanescentes do planalto, são dependentes das matas da Serra do Mar. Assim, algumas espécies de beija-flores dependem da Mata Atlântica para procriar, realizando complexas migrações para sobreviverem nas matas do planalto. Outras espécies de aves passam o inverno, quando imaturas, nas encostas da Serra do Mar. As matas do planalto são também enriquecidas pelo deslocamento de espécies provenientes da zona litorânea. Sem a manutenção dessas áreas, as matas do interior teriam sua avifauna empobrecida em espécies, desaparecendo aquelas

Acervo ISA

que possuem uma dieta especializada, sendo substituídas por outras de dieta oportunista.

Por outro lado, a região da Juréia esteve protegida durante muito tempo por estar localizada em local de difícil acesso, o que possibilita a existência de aves ameaçadas de extinção. Até o momento já foram observadas cerca de 133 diferentes espécies de aves na Estação Ecológica." (CAMARGO E MACHADO, 1981)

**3- Os Moradores da Juréia**

Antes da colonização toda a região era habitada por índios semi nômades, que se dedicavam à caça, pesca e à agricultura itinerante da mandioca. A presença de portugueses na Juréia está associada ao desenvolvimento do município de Iguape que, a partir da segunda metade do século XVII, se torna um porto de significativa importância, sendo o principal escoadouro da produção aurífera e, posteriormente, agrícola do Vale do Ribeira. (páginas

O primeiro acesso à Juréia é aberto a mando de Martim Afonso de Souza e se consistia em uma trilha que, percorrendo as grandes planícies de restingas e o costão da Ponta da Juréia, ligava São Vicente, sede da Capitania Hereditária, à Iguape e Cananéia.

Mais tarde, em 1865, ao longo dessa trilha foi construida uma linha de telégrafo para comunicar a cidade do Rio de Janeiro com o Sul do país, que se encontrava em plena Guerra do Paraguai. Nessa mesma época, acentuadas as necessidades de comunicação, foi criado o Correio Del Rei que percorria a antiga trilha onde fora construida a linha telegráfica, cujos postes de ferro ainda lá se encontram, apesar do tempo.

No final do século XVIII, com o crescimento das lavoura de arroz, surgiram na região da Juréia algumas fazendas que usavam mão-de-obra escrava. O arroz produzido era transportado para Iguape em lombo de mula através da trilha do telégrafo, de onde era distri

Acervo ISA

buído para os centros consumidores. Com a abolição da escravidão e a desativação gradual do porto de Iguape, estas fazendas foram sendo abandonadas e delas restam hoje, apenas algumas ruínas cobertas pela mata.

Atualmente vivem nos 82.000 hectares da Estação Ecológica de Juréia-Itatins aproximadamente 350 famílias formando cerca de 21 comunidades que ocupam em torno de 10% da área total da Estação.

Todos os dados disponíveis até o momento foram levantados pela Equipe de Resolução de Conflitos de Terras, conhecida como Grupo da Terra, da Secretaria de Assuntos Fundiários do Estado de São Paulo (até 1986 a Equipe pertencia à SUDELPA - Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista).

Das comunidades visitadas até o momento, algumas foram incluídas na Estação mais recentemente, a partir de janeiro de 86 , quando o Governador de Estado assinou decreto criando a Estação Ecológica de Juréia-Itatins e são: Aguapeú, Despraiado , Itinguçu, Barro Branco, Tocaia e Perequê. Outras, no entanto , já estavam incluídas desde o decreto de desapropriação da NUCLEBRÁS, em 4/6/80 e são: Cachoeira do Guilherme e os moradores das praias do Rio Verde, do Una, Juquiá, Juquiazinho, Paranapua e Arpoador. (ver mapa)

Segundo o "Relatório da Viagem de Reconhecimento da Estação Ecológica da Juréia Sob Controle da Nuclebrás" relizada pelo Grupo da Terra nos dias 10 e 11 de outubro de 1985, em toda a área litorânea sob administração da NUCLEBRÁS,desde 1980, os antigos moradores já haviam perdido suas posses para os grandes proprietários. No entanto, os conflitos fundiários que ainda existiam foram "solucionados" às custas de uma "limpeza" que a Empresa executou na área, expulsando parte dos posseiros e conservando outros a seu critério.

Atualmente as famílias que vivem nesta porção da Juréia, tem

Acervo ISA

permissão para cultivar em locais pré-estabelecidos pela NUCLEBRÁS. Parte da população trabalha como guarda para a Empresa, enquanto que outros recebem um salário pago pelos proprietários, com vistas a caracterizar os posseiros como caseiros. (ver ítem "Caiçara como caseiro" na página

O descaso para com os posseiros que há muitas gerações ocupam esta parte da Estação Ecológica pode ser sintetizado nas declarações do Coronel Loredano, responsável pela segurança da área junto à NUCLEBRÁS:

"Os posseiros são pessoas perigosas e traiçoeiras. São destruidores da Reserva e, por isso, merecem ser processados. Até o momento entrei com 25 ações na Justiça, no Forum de Peruíbe, contra os posseiros por esbulho processório", ou ainda: " Caso a NUCLEBRÁS desative a área esta poderá voltar para os seus "legítimos proprietários". Eles têm muita preocupação em preservar esta Reserva Ecológica e no documento que me enviaram apresentam uma proposta razoável de estabelecer um acordo com a NUCLEBRÁS para que, depois da destivação da Usina, poderem controlar a Balsa".

Essas declarações do responsável por uma empresa oficial mostram claramente o compromisso com as grandes imobiliárias,"preservacionistas", segundo o seu ponto de vista, chegando ao ponto de levantar a possibilidade de ceder a balsa que faz a travessia do Rio Una do Prelado, único acesso à Estação Ecológica.

As comunidades situadas fora da zona sob controle da estatal são vítimas de uma situação fundiária extremamente confusa, consequência da pressão de grandes firmas, principalmente madeireiras e agropastoris e da falta de informações oficiais sobre o real destino da região

A desinformação é tão grande que chega ao ponto de existirem posseiros pagando "taxas" a um determinado indivíduo que se diz representande do Governo na execução da reforma agrária,

Acervo ISA

com a função de organizar a distribuição dasterras. (Relatório de Viagem do Grupo da Terra, realizada de 18 a 21/11/86)

Fato que vem agravar a situação é a verdadeira corrida predatória que se verifica na área, realizada por aqueles que querem tirar o máximo que conseguirem antes que se inicie a efetiva fiscalização da Estação Ecológica. Terrenos são vendidos , terras invadidas e mata derrubada em um rítimo muito maior que antes da assinatura do decreto que criou a unidade de preservação.

Além das comunidades citadas e que estão sintetizadas nas tabelas das páginas seguintes, faz divisa com a Estação Ecológica a Reserva Indígena de Itariri.

Com uma área de aproximadamente 1.000 hectares, vivem nesta Reserva Indígena, localizada no município de Itariri, cerca de 60 índios guarani.

"A fixação de aldeias no litoral inscreve-se dentro da dinâmica própria da Nação Guarani, norteda pela busca messiânica da "terra sem mal", através de movimentos migratórios oriundos do sul do País e mesmo da Argentina e Paraguai, vindos em diferentes levas. Existe entre eles uma profunda coesão interna que se manifesta principalmente através de uma intensa religiosidade expressa nas rezas em conjunto de homens, mulheres e crianças que desde pequenas já participam das cerimônias. Essas rezas são sempre em idioma guarani, que é falado e mantido por todos." (SAPUCAIA E BARBOSA, 1985)

Os deslocamentos dos índios Guarani, no entanto, não obedecem apenas seus propósitos próprios, muitos são expulsos de suas terras como é o caso de um grupo de 17 índios, encontrados pela Geógrafa Ilka Bruck Lacerda em 1950, no vale do Rio Una do Prelado e que estavam a caminho da zona de Itariri. Esses guaranis, segundo a pesquisadora, vinham do Paraguai e do Rio Grande do Sul, de onde foram desalojados por um proprietário de

Acervo ISA

terras.

A aldeia Itariri, que se acha localizada em pontos altos da Serra dos Itatins, teve sua demarcação realizada muito recentemente, entre 1984 e 85. Antes, a população foi constantemente deslocada pelos "donos das terras", segundo pode constatar pessoalmente a geógrafa citada anteriormente (*).

A maior atividade desses índios é a coleta de palmito, plantas medicinais como caraguatá, arnica, cabriúva (todos expectorantes), milhome (analgésico), fibras como guaricanga (para a cobertura das casas), imbé ou guaimbé (para decorar os arcos), tucum (fio extremamente fino e delicado, mas muito resistente, semelhante à seda) que é fiado pelas mulheres, madeiras como murta, berjaúva e guatambu para a fabricação de arcos e flechas. Caçam tanto aves como animais de rastro.

Além da coleta fazem rico artesanato, que contitui uma das principais fontes de renda e mantém uma agricultura de subsistência através do plantio de milho, vagem, feijão, mandioca, banana, mexerica, mamão, laranja e raramente cana-de-açúcar e café.

---

(*) O relato da viagem à aldeia Itariri, realizada por Ilka Bruck Lacerda na década de 50, foi publicado na Revista do Instituto Geográfico e Geológico da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo no volume XII, ano XII, nº 3.

Acervo ISA

| COMUNIDADE | LOCALIZAÇÃO | FAMÍLIAS nº | FAMÍLIAS permanência | ATIVIDADE | SITUAÇÃO FUNDIÁRIA - CONFLITOS | IRREGULARIEDADES |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Aguapeú | Rio Aguapeú Iguape | 16 | +50 anos | agric. de subsistência | -pressionados por empresa agropecuária a área que pertencia a 6 herdeiros foi vendida. -imposição de restrições ao uso da terra e ameaças de despejo. | -uso de agrotóxicos -corte de palmito e caxeta -descaracterização da comunidade pelo subemprego. -caça predatória |
| Despraiado | Rio Despraiado Iguape | 150 | - | -agric/subs -plantio comercial de banana(540 000 pés- 15% da produção de Iguape | -extremamente confusa-pequenos produtores, posseiros, especuladores, grileiros e fazendeiros ocupam a área de maneira desordenada. -ações de reintegração de posse contra os moradores. -presença de jagunços | -intenso e acelerado desmatamento -grande retirada de palmito -caça predatória -loteamentos clandestinos |
| Cachoeira do Guilherme | Rio Guilherme afluente do Rio Una do Prelado Iguape | 15 | +50 anos | agric/subs | -área reinvidicada por uma pessoa que se diz proprietária -ações de reintegração de posse contra os moradores | -sem irregulariedades notáveis. |
| Barro Branco, Tocaia e Perequê | Morro do Itú Peruíbe | 64 | - | -agric/subs -plantio comercial de banana | - | -desmatamento para plantio de banana |

Acervo ISA

| COMUNIDADE | LOCALIZAÇÃO | FAMÍLIAS nº | FAMÍLIAS permanência | ATIVIDADE | SITUAÇÃO FUNDIÁRIA-CONFLITOS | IRREGULARIEDADES |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Praias do Juquiá, Juquiazinho, Paranapua e Arpoador | Orla marítima parte Leste da Estação Peruíbe | 4 | seculares | agric/subs. | -área reinvidicada por pessoas que se dizem proprietárias e que pretendem construir um Clube de Campo | -ameaça de loteamentos |
| Itinguçu (anexos 1 e 12) | Vale do Rio Itinguçu e seus afluentes Iguape | 70 | chegada a partir de 1960 | agric/subs plantio comercial de banana | -área reinvidicada por proprietários de fora<br>-diversas ações de reintegração de posse contra os moradores<br>-conflitos armados com a morte de 3 posseiros e 8 jagunços | -conflitos com empresas<br>-extração de palmito e madeira<br>-alto grau de violência com presença de jagunços<br>-plantio e moradias acima da cota 100 |
| Praias do Rio Verde, do Una e margem direita do Rio Una do Prelado (próximo da balsa) | Orla marítima e restingas ao Sul da foz do Rio Una do Prelado Iguape | 35 | muitas são seculares | agric/subs alguns são funcionários da NUCLEBRÁS e dos "proprietários" | -práticamente toda a área compreendida entre o Rio Una do Prelado e o oceano é de propriedade privada<br>-conflitos reprimidos pela NUCLEBRÁS que expulsou parte dos posseiros a seu critério. | -inúmeras placas anunciam futuros loteamentos, apesar do decreto criando a Estação Ecológica |

Acervo ISA



# BIBLIOGRAFIA


AB'SABER, Aziz Nacib. O Tombamento da Serra do Mar do Estado de São Paulo. São Paulo, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1986 - n. 21, p.7-20

AB'SABER, Aziz Nacib, Potencialidades Naturais da Glega Fazenda Rio Verde: estudo prévio. Não publicado.

AB'SABER, Aziz Nacib. O Ribeira de Iguape: uma setorização endereçada ao planejamento regional. Boletim Técnico da Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista, São Paulo, n.1 , p.1-13, jan. 1985.

ALMEIDA, Antonio Paulino de. Memória Histórica sobre Cananéia. São Paulo, Revista de História, 1963. V.I., 1-51p.

AMMANN, Safira Bezerra. Considerações Críticas sobre o Conceito de Participação. São Paulo, Revista Quadrimestral de Serviço Social, ano III, n.5 - mar. 1981.

BIALOSKORSKI, Sigismundo Neto. Programa Emergencial de Apoio à Pequena Agricultura do Vale do Ribeira. Registro, miniografado, s.d. 11p.

BUDOWSKI, Geraldo. Conservacionismo x Desenvolvimento. Anais do Congresso Nacional sobre Essências Nativas, Revista do Instituto Florestal de São Paulo. 1982. 135-141p.

INSTITUTO FLORESTAL. Plano Conceitual de Manejo para o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira. Boletim Técnico, 1985. 8p.

CAMARGO, José Carlos Godoy & FERREIRA, Sérgio dos Anjos Pinto &TROPPMAIR, Helmut. Estudo Fitogeográfico e Ecológico da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira. São Paulo, cadernos de Biogeografia do Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo, 1972. 33p.

Acervo ISA

CARVALHO, Antonio Ivo de. Saúde e Educação de Base: algumas notas, São Paulo, Revista do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, n. 7/8, 61-65, abr./mai/jun.1978.

CEDI-Centro Ecunêmico de Documentação e Informação. Roças Comunitárias e outras Experiências de Coletivização no Campo. Rio de Janeiro, Tempo e Presença Editora Ltda, 1982. Cadernos do CEDI n.10, 67p.

CONTI, Laura. Ecologia-Capital, trabalho e ambiente. São Paulo, HICITEC, 1986. 157p.

COSTA, José Pedro de Oliveira. Patrimônio Natural e Estatuto do Tombamento: Reflexões sobre a estratégia de preservação. São Paulo, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1986-n.21, p.21-25

DELITTI, W.B.C. & SHIMIZU, R.M. Ecossistemas Terrestres da Estação Ecológica da Juréia, in: Notícias da Juréia. V.I. - 1983 - SEMA p.15-16

EHRLICH, Paul R. e Anne H. População, Recursos e Ambiente, São Paulo POLÍGONO, Ed. da Universidade de Sao Paulo, 1974 - 509p.

FERRI, Mário Guimarães. Vegetação Brasileira. Belo Horizonte, Ed.Itatiaia, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.157p.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. A Força da Periferia - a luta das Mulheres por creches em São Paulo. Petrópolis, Ed. VOZES, 1985 p.45-100

GRUPO SOS MATA ATLÂNTICA E REGIÃO LAGUNAR. Dossiê do Complexo Estuarino Lagunar de Iguape, Cananéia e Paranaguá. São Paulo, OESP, 1986 - 144p.

LACERDA, Ilka Bruck. Acampamento de Índios Guarani nos Municípios de Itanhanhem e Itariri. Revista do Instituto Geológico, São Paulo, 3(XII): 236-249, jul/dez.1954.

Acervo ISA

LINO, Clayton F. Alto Vale do Ribeira, arquitetura e paisagem. São Paulo, s.d.p. 1-88

LUTZENBERGER, José. Ecologia - do Jardim ao Poder. Porto Alegre. L&PM Editores Ltda, 1985. 102p.

MACHADO, Angelo Barbosa. Conservação da Natureza e Educação. Anais do Congresso Nacional sobre Essências Nativas, Revista do Instituto Florestal de São Paulo, 1982. 109-119p.

OLIVEIRA, Manoel Carlos de. Discussões sobre o conceito de meio ambiente. Revista do Instituto Geológico - Coordenadoria de Pesquisa de Recursos Naturais - Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, 3(2): 53-60, jul/dez.1982.

POR, F.D. Rios de Águas Claras e Pretas da Estação Ecológica da Juréia in: Notícias da Juréia - V.I. 1983 - SEMA - p.17-19

SECRETARIA ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE. Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, SINOPSE. Coordenação de Estanislav Monteiro de Oliveira e Zéli Racowicz. Brasília, 1984. 2+6p.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESPELEOLOGIA. Alto Vale do Ribeira: a necessidade de preservação. GT.TETAR/CENIN-Centro Interdisciplinar de Pesquisas, São Paulo, 1980. mimiografado. 10p.

SUDELPA, Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista. Os Guarani de São Paulo, S.n.t. 1985. 5p.

SUDELPA-Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista. Relatório sobre a Estação Ecológica da Juréia-Itatins. São Paulo, 1986 - fotocopiado, 35p.

TARIFA, J.R.& TOLEDO, Gil Sodero de & WATANABE, Arlete S. Zoneamento do Meio Físico da Estação Ecológica da Juréia, in: Notícias da Juréia. V.1 - 1983 - SEMA.

Acervo ISA





ajudar os brasileiros, é obrigação moral participar".

E o Dr. Antônio Clemente garante: devido a escassez de vários produtos no mercado nacional, a Feira da Bondade deste ano pode tornar-se muito mais atraente para o consumidor. □

PARANÁ

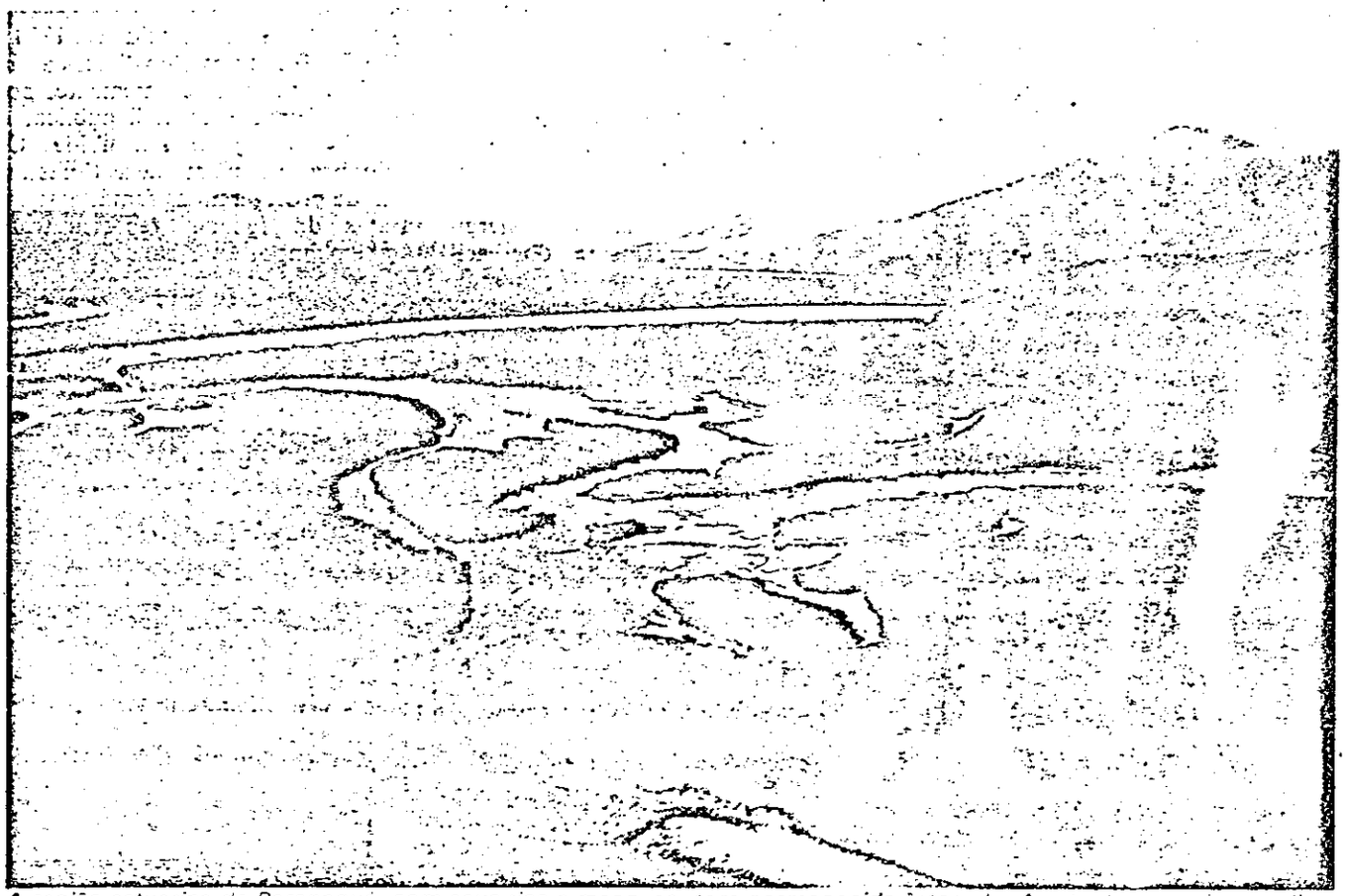
# Duas estradas causam polêmica

*Uma já está fechada. A outra, por enquanto, é só projeto.*

O Governo do Paraná está na berlinda. Por causa de duas estradas. Uma delas é a chamada Estrada do Colono, tem 14 km e corta o Parque Nacional do Iguaçu. O Governo quer asfaltá-la. A outra é litorânea: seria a continuação da BR-101 no trecho paranaense e ligaria o litoral do Paraná e de Santa Catarina a São Paulo. O secretário dos Transportes do Paraná, Heinz Herwig, é o grande defensor da abertura desse trecho da BR-101. E o secretário das Finanças, Geraldo Hauer, já recorreu ao Banco Mundial solicitando recursos. "Seria absurdo chegarmos à conclusão de que deixaríamos de construir o último trecho que falta da BR-101 por uma questão de ecologia", dizem os secretários, referindo-se ao fato de que as entidades ambientalistas estão contra a abertura da estrada.

Para quem não sabe, a BR-101 é uma estrada litorânea, ou quase, que foi projetada para ligar o Brasil de norte a sul. Mas o que o Governo do Paraná parece também não saber é que de nada adiantaria construir o trecho paranaense da BR-101 porque no que diz respeito a São Paulo ela ligaria o Paraná a nada... Mesmo que o Governo paranaense conseguisse vencer as resistências dos ambientalistas do Estado (uma das áreas a ser atravessada é o estuário de Paranaguá, tombado por ato do próprio Governo paranaense), a BR-101 chegaria à fronteira paulista, onde não há estradas, pelo menos até Cananéia. Daí para a frente, mais problemas: a Estação Ecológica da Juréia Itatins, "menina dos olhos" dos ecologistas paulistas, criada pelo governador Franco Montoro em janeiro (VISÃO, 29-1-86, "Meio ambiente: Juréia já é estação ecológica") em solenidade que contou com a presença do ex-governador José Richa, do Paraná. E os dois governos assinaram um convênio de preservação do complexo estuarino-lagunar de Cananéia—Iguape—Paranaguá.

**Fundação alerta** — Prevendo que se o Governo do Paraná abrir o trecho paranaense da BR-101 haverá pressões para que o trecho paulista também seja aberto, a Fundação SOS Mata Atlântica, recém-criada, já está de prontidão. Seu presidente, Fábio Feldman, que acaba de ser eleito deputado federal pelo PMDB, declara: "Essa região foi preservada fundamentalmente pela dificuldade de acesso existente. Construir uma estrada será apressar a degradação". Fábio Feldman afiança que não está contra a construção do trecho paranaense apenas porque deverá gerar pressões para a abertura da estrada em São Paulo, mas porque ela atravessaria uma região de preservação permanente, o complexo estuarino-lagunar de Paranaguá. Quanto à Mata Atlânti-



*A região estuarina de Paranaguá, com seus rios e mangues, tem permanecido intocada. A estrada passaria por ali.*

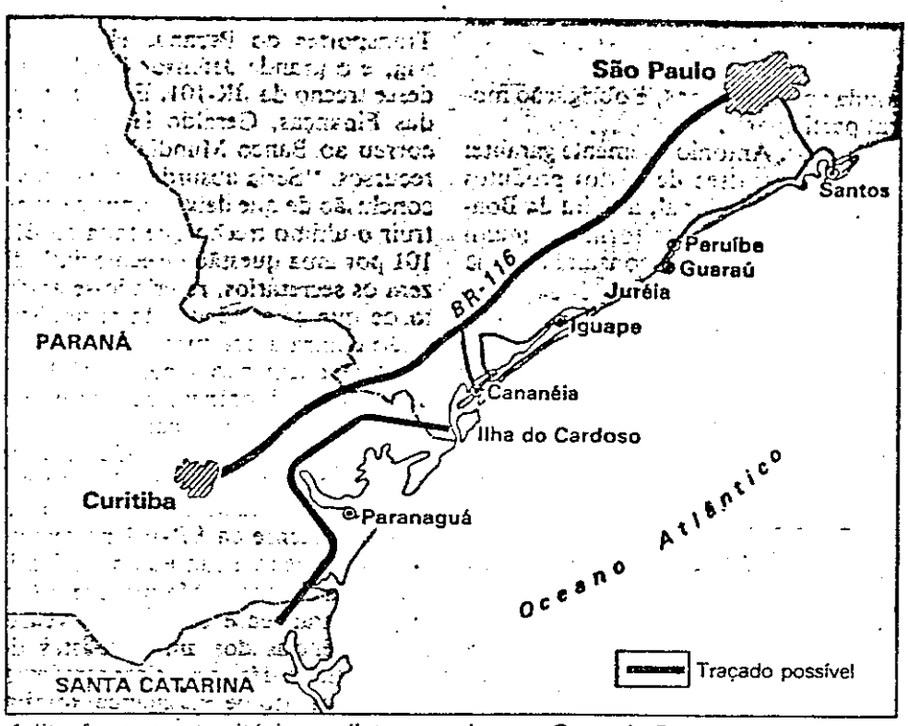
Acervo ISA



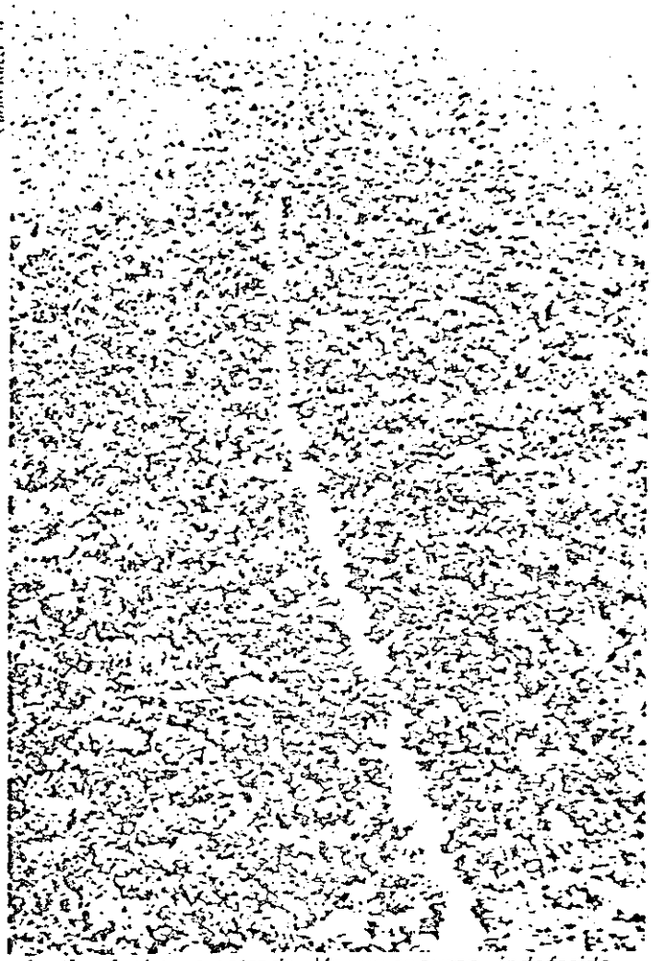
ca, Feldman declara: "É muito mais do que um santuário ecológico, é um dos últimos remanescentes de floresta tropical, considerada por cientistas mais importante do que a floresta amazônica. Inclusive ela abriga os chamados bancos genéticos da natureza, que são códigos genéticos vegetais e animais que amanhã poderão ser usados pela humanidade na produção de alimentos e medicamentos. Esse o aspecto produtivo mais importante da Mata Atlântica".

Feldman garante que a Fundação SOS Mata Atlântica não está sozinha nessa luta: tem o apoio da Superintendência para o Desenvolvimento do Litoral (Sudelpa), da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, do Instituto Florestal e de entidades preservacionistas do Paraná. Passando das palavras à ação, Feldman dirigiu um manifesto ao Banco Mundial alertando para os problemas que a estrada causará.

A favor da estrada está a Associação de Defesa, Desenvolvimento e Integração do Vale do Ribeira (Adival), que pretende ligar a construção da BR-101 às deficiências da BR-116.




*A litorânea, em território paulista, termina em Guaraú. O trecho paranaense, portanto, não é o único que falta para ser construído.*



*Justiça fechou a estrada. Houve recurso, indeferido.*

Mas o Movimento Pró Duplicação da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116) acha que uma coisa não tem nada a ver com a outra. O movimento reúne cerca de vinte entidades do Vale e tem reclamado energicamente dos acidentes — com muitas mortes — na BR-116. Todas as entidades acham que o importante é duplicar a BR-116, que além do mais passa bem próximo do litoral. Eles não vêem necessidade da abertura de outra estrada ligando o Estado de São Paulo ao Paraná.

**Contra o asfalto** — A outra polêmica refere-se à Estrada do Colono, que tem 17 km e liga municípios do Oeste e Sudoeste paranaense. O defeito da estrada: ela corta o Parque Nacional do Iguaçu, criado pelo presidente Getúlio Vargas em 1939 e que acaba de ser reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Mundial.

A estrada foi construída em 1954 e o IBDF "fechou os olhos" para a sua existência até que recentemente, por efeito de uma ação civil pública, o IBDF foi obrigado a proibi-la. Os ecologistas alegavam que as florestas, além de protegerem as fantásticas cataratas do Iguaçu, representavam também importante banco genético. O Estado do Paraná recorreu e a petição foi indeferida pelo Tribunal Federal de Recursos.

Um dos que mais se empenharam na luta contra o asfaltamento da estrada, o biólogo Roberto Lange, paranaense, presidente da Associação de Defesa e Educação Ambiental de Foz do Iguaçu, diz que "o tombamento pela UNESCO foi o reconhecimento internacional da importância do parque". A ação continua, mas Roberto Lange é de opinião que não há qualquer possibilidade de reabrir a estrada.

Sobre a construção do trecho paranaense da BR-101, Roberto Lange acha outro absurdo: "O Governo não fez nenhum estudo de impacto ambiental, conforme reza uma resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Se as obras começarem, qualquer ação popular pode paralisá-las". □



41

Acervo ISA

*ANEXO 4*

JORNAL DA TARDE
12/1/87

AMBIENTE

# Iguape: o prefeito, vendendo lotes clandestinos?

O presidente da Câmara Municipal de Iguape, Alencar Neces Gato, vai entrar hoje com uma ação popular na Justiça, solicitando a cassação do prefeito Plínio Costa, que estaria vendendo loteamentos clandestinos para custear a construção da ponte Ilha Comprida-Iguape — uma obra proibida pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente e pelo Convênio Interestadual do Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá.

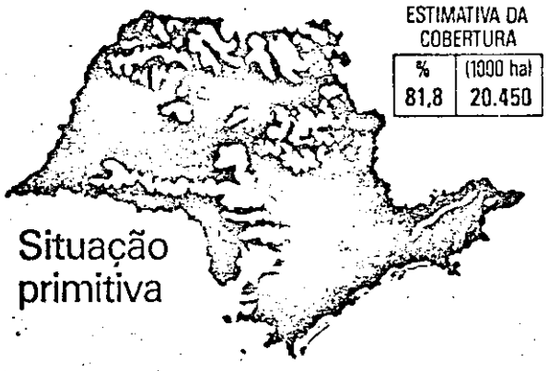
O vereador descobriu que o prefeito, além de vender loteamentos municipais para pagar a empreiteira responsável pela ponte, escreveu e assinou uma carta em papel timbrado com o brasão municipal aos eventuais compradores de lotes do Balneário Verdes Mares, cumprimentando-os pela aquisição de terrenos-fantasmas, não registrados no Cartório de Registro de Imóveis e Anexos daquela comarca municipal: "O prefeito quer ampliar a fama de que Ilha Comprida já foi vendida até o terceiro andar..." — comentou Alencar, referindo-se ao fato da ilha possuir capacidade de suportar a ocupação de no máximo 30 ou 40 mil lotes e já ter outros 200 mil vendidos.

A avenida Copacabana, a principal da ilha, já se transformou num mar de esgotos, prenunciando o que ocorrerá quando todos esses lotes forem ocupados — argumentam os vereadores de Iguape.

Acervo ISA

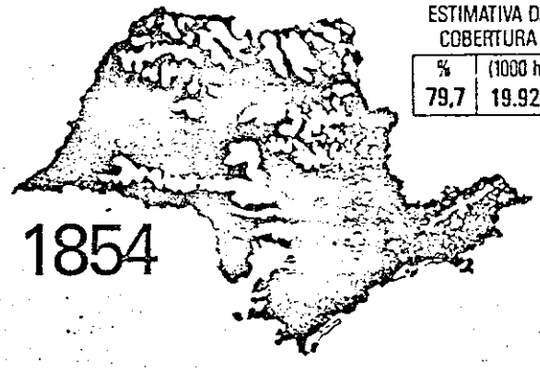


# Reconstituição da Cobertura Florestal do Estado de São Paulo



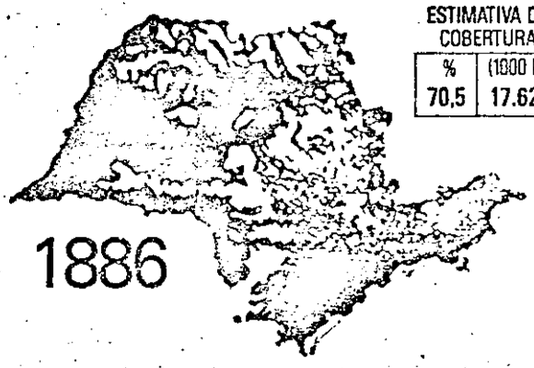

ESTIMATIVA DA COBERTURA

| % | (1000 ha) |
|---|---|
| 81,8 | 20.450 |



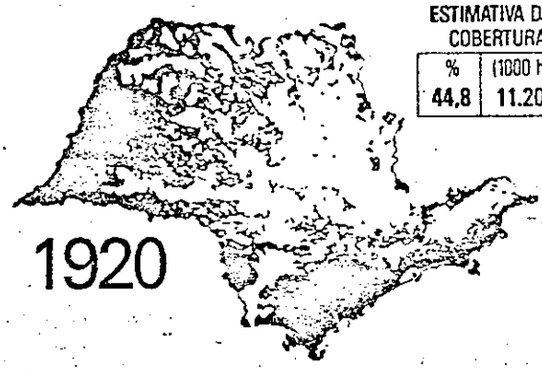

ESTIMATIVA DA COBERTURA

| % | (1000 ha) |
|---|---|
| 79,7 | 19.925 |



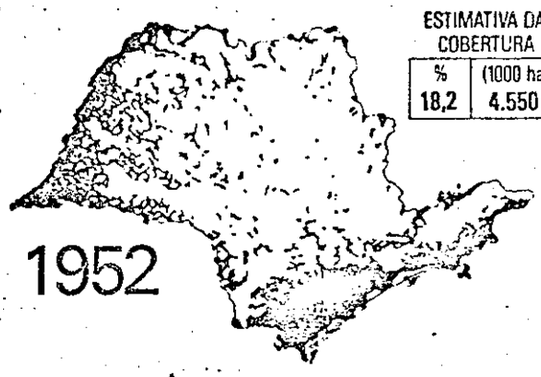

ESTIMATIVA DA COBERTURA

| % | (1000 ha) |
|---|---|
| 70,5 | 17.625 |



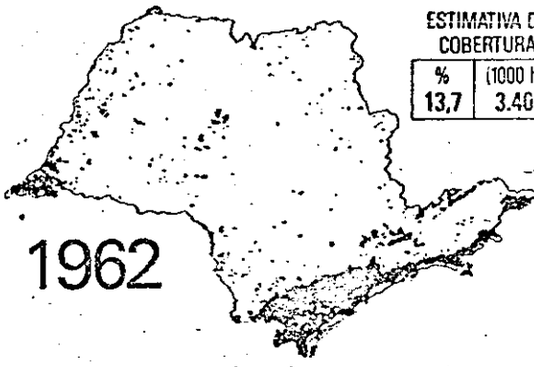

ESTIMATIVA DA COBERTURA

| % | (1000 ha) |
|---|---|
| 44,8 | 11.200 |



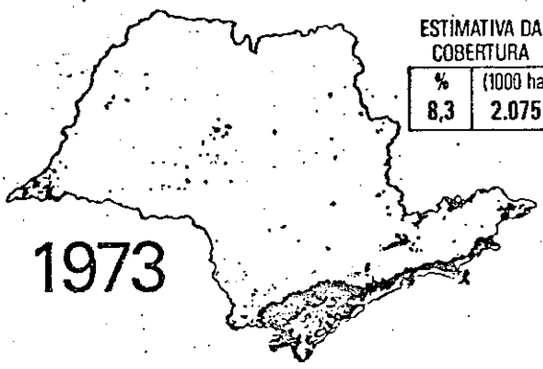

ESTIMATIVA DA COBERTURA

| % | (1000 ha) |
|---|---|
| 18,2 | 4.550 |



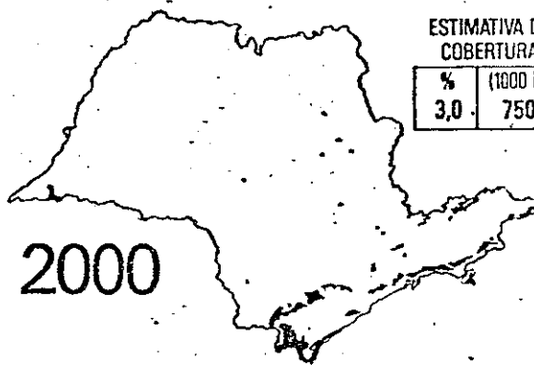

ESTIMATIVA DA COBERTURA

| % | (1000 ha) |
|---|---|
| 13,7 | 3.406 |




ESTIMATIVA DA COBERTURA

| % | (1000 ha) |
|---|---|
| 8,3 | 2.075 |




ESTIMATIVA DA COBERTURA

| % | (1000 ha) |
|---|---|
| 3,0 | 750 |

O Estado de São Paulo tinha, originalmente, 82% de sua área coberta por florestas. Hoje, essa área está reduzida a 3%, por causas diversas. Inicialmente, foi o desmatamento motivado pelo surto cafeeiro, seguido pelo avanço das ferrovias, cujas máquinas usavam a lenha como combustível. A diversificação da lavoura - algodão, laranja e principalmente cana-de-açucar - foi feita sem nenhum planejamento, o mesmo ocorrendo com a produção de carvão exigida pelo crescimento industrial, somando-se a essas causas o desmatamento indiscriminado e predatório que o Governo Montoro combateu. • Os mapas acima, que mostram a progressiva devastação das florestas paulistas, foram elaborados pelos engenheiros agrônomos A.C. Cavalli, J.R. Guillaumon e R. Serra Filho.

Acervo ISA



## DOSSIÊ

MUNICÍPIO : Iguape
BAIRRO : Itinguçu
PERÍMETRO : 23º Iguape
NATUREZA : Estação Ecológica Jureia/Itatins (Decreto nº 24.646 de 20/01/86).
FAMÍLIAS : 57 (Nov/83) e ≅ 70 (Jul/86)
ÁREA : 1182,9 ha (Nov/83)
EQUIPE : Adriana, Fausto, Ivo, Lica, Marcia e Isabel (agente comunitária).
ADVOGADO : Jarbas Penteado e Teleginski

LOCALIZAÇÃO E ACESSO:

Saindo de Peruibe em estrada local, percorre-se 18 km no sentido SW até atingir a localidade na margem esquerda do baixo vale do rio Comprido ou Una do Prelado no extremo NE do município de Iguape.

HISTÓRICO:

As primeiras famílias de posseiros chegaram nesta região nos primórdios da década de 60, quando eram utilizadas as trilhas do telégrafo e os rios, e a partir destes foram abertas picadas até os locais de moradia e lavoura. Os moradores que atualmente ocupam a área vêm resistindo aos interesses de empresas imobiliárias, madeireiras, indústrias de palmito e mineração por mais de 10 anos. O índice de violência é elevado, marcado com mortes - tanto de posseiros como de jagunços:

. 04/02/81 - 02 mortes (1 posseiro e 1 jagunço)
. 12/83 - 04 mortes (1 posseiro e 3 jagunços)
. 23/02/83 - incêndio de 1 cano de posseiro
. 15/11/85 - 1 morte - posseiro das lideranças
. 05/03/86 - morte de 3 jagunços

SITUAÇÃO GEOGRÁFICA:

Foi feito um levantamento sócio-econômico de 57 posseiros na área que corresponde ao bairro Utinga Grande ou Itinguçu. As

Acervo ISA



posses, em sua maioria, estão situadas ao longo do vale do rio Itinguçu e seus principais afluentes, assim como na várzea do rio Comprido ou Una do Prelado, atingindo também a serra dos Itatins até a cota de nível 700m.

POPULAÇÃO

Das 57 famílias levantadas temos:

- 38 famílias moram nas posses e utilizam a terra como meio de subsistência.
- 19 famílias não residem na área, apenas têm culturas de subsistência.

O tempo de moradia e lavoura varia de 2 a 12 anos.

PRODUÇÃO:

A principal cultura é a de banana, e a maioria dos posseiros tem sua produção comercializada pela COPALIS (cooperativa criada por intermédio da ICA da Secretaria da Agricultura, o Grupo da Terra da SUDELPA e o Cepan), e em menor escala também por atravessadores. O cultivo do café também é significativo, porém feito apenas para consumo, bem como o de "lavoura branca" - arroz, feijão, mandioca, cana, cacau e milho.

Aproximadamente 50% das culturas de banana encontram-se acima da cota de nível 100m da Serra dos Itatins. Segundo os dados coletados na área na época do levantamento o cultivo ocupa em torno de aproximadamente 300 ha.

EDUCAÇÃO:

A comunidade conta com uma escola de 1º grau, próxima ao cruzamento do rio Itinguçu ou Utinga Grande com a estrada local. O acesso é fácil, pois a estrada local encontra-se em boas condições de circulação. O curso diurno é frequentado pela maioria das crianças da comunidade, porém o curso Mobral (noturno) vem tendo sua frequência diminuída em face do último conflito. As duas pessoas que trabalham na escola (a professora e a professora comunitária), passam a semana no local e vão para Iguape nos fins de semana.

Acervo ISA



ANEXO 12 (fim)

SAÚDE:

A comunidade conta com um posto de saúde que está localizado próximo à escola existente. Há um agente de saúde da comunidade treinado pelo DEVALE, porém o início de seu trabalho está vinculado ao término das obras do posto (falta o acabamento).

O alojamento para a segurança (polícia), construído no mesmo prédio do Posto de Saúde já está concluído.

HABITAÇÃO:

Existem algumas casas construídas com blocos de cimento, no entanto a grande maioria das casas foi construída de pau-a-pique, com piso de terra batida e cobertura de telhas de cimento amianto ou pequenas tábuas de madeira. Há também "casas" construídas com chapas de madeira compensada.

SANEAMENTO BÁSICO:

De um modo geral a distribuição de água é feita individualmente através de canos de borracha, poços e às vezes coleta direta dos rios existentes. O esgoto muito raramente está tratado por fossas sépticas e na maior parte das vezes é lançado a céu aberto.

São poucos os posseiros que mantêm a criação em cativeiro, e a maioria das galinhas e porcos estão soltos pelos quintais.

OBS.: Estes dados acima estão baseados nos coletados por época do levantamento planialtimétrico (Nov/83).

SITUAÇÃO JURÍDICA:

- Conflito antigo iniciado em 1975 com ameaças e morte de grileiro, envolvendo 100 famílias.

- Pedido de desapropriação encaminhado ao INCRA pelo Dr. Jarbas em junho/85.

Acervo ISA



*A N E X O 13 (continua)*

ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICO DA ÁREA QUE DEVEM SER CONSIDERADOS QUANDO DA PRESERVAÇÃO.

Nesta parte do relatório apresentam-se alguns aspectos sócio-econômico que vêm complementar a caracterização da área da Estação Ecológica da Juréia.

Dois são os temas centrais dessa caracterização sócio-econômico: diagnóstico preliminar da área em questão e recomendações para uma proposta sobre a possibilidade de aproveitamento dos recursos humanos quando a preservação da área pelo poder público.

POPULAÇÃO

O total da população da área da Estação Ecológica da Juréia é ainda desconhecido. Estima-se para a área controlada rigidamente pela NUCLEBRÁS (área circundada pelo rio Comprido/Una do Prelado) um número de 60 famílias que compreenderia aproximadamente uma população de 230 pessoas.

1.1 - Característica cultural:

As informações preliminares obtidas junto a 32 famílias levantadas, apontam que a área tem sido ocupada por mais de um século por uma população caiçara definida culturalmente. De tal forma que as relações de parentesco e os laços de casamento registrados entre as famílias Lara, Prado, Neves, Lima, etc... constituem um marco importante que vem definir a origem e perpetuação de comunidade.

1.2 - Tamanho e Distribuição:

Essa população compreende um montante de 137 indivíduos, sendo 49,0% homens e 51,0% de mulheres, distribuídos nas seguintes faixas etárias: 41,0% de crianças (0 a 14 anos) 21,0% de jovens (15 a 30 anos) e 38,0% (mais de 30 anos) de adultos.

1.3 - Nível Educacional

De um modo geral, o nível educacional da população da área revela-se surpreendente, quando comparado com a

Acervo ISA



média nacional - 39,6% de analfabetismo. Na área esta alcança 26,7% e a taxa de alfabetização atinge 41.0% da população.

1.4 - Habitação e Saneamento:

As condições de habitação são aparentenmente satisfatórias. Predominam as casas de madeira com cobertura de telhas de barro. As condições de saneamento deixam a desejar, predominou o uso dos poços artesianos e a ausência de fossas sanitárias.

HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

A localização geográfica, a dotação de recursos naturais e as características culturais da população têm sido fatores determinantes da forma de ocupação da área.

Originalmente a área se caracteriza por uma economia de subsistência (agricultura de coivara, pesca artesanal e extrativismo), onde a POSSE DA TERRA era o elemento explicativo do processo de ocupação do espaço, das relações de trabalho, dos níveis de vida e da distribuição da renda.

A partir da década de 40, quando são definidas as áreas de propriedade privada, as características sócio-econômicas da população são alteradas. A relação de assalariamento (temporário ou permanente) passa a ser o elemento explicativo da ocupação, onde as condições de FOREIRO, CASEIRO e DIARISTA passam a definir a relação de trabalho e paulatimamente, contribui para a descaracterização da economia de subsistência.

A criação da Estação Ecológica da SEMA e a interdição da área pela NUCLEBRÁS, na década de 80, veio acelerar o processo de desestruturação da economia tradicional, através da incorporação da mão de obra masculina nos quadros de seus funcionários, definindo assim, as relações de trabalho assalariado permanente.

SITUAÇÃO OCUPACIONAL

Atualmente a população economicamente ativa (PEA) se

Acervo ISA



caracteriza de acordo com as relações de trabalho e de renda, em três grupos distintos:

a) - Funcionários públicos do regime CLT (NUCLEBRÁS, SEMA, Prefeitura) 54,0% da PEA, com renda média de 1,5 a mais SMR.

b) - Caseiros e empregados de imobiliárias - 24,0% da PEA, com renda média de 1 SMR.

c) - Aposentados e outros - 21,0% da população, com renda média de 1/4 de SMR.

OUTROS RECURSOS

Observa-se, apesar das proibições da NUCLEBRÁS, a continuidade das roças de subsistência, hoje sob cultivo das mulheres e crianças, onde se obtêm alguns gêneros alimentares da dieta básica (arroz, milho, feijão, mandioca, etc...).

O cultivo da mandioca - a rama - predomina nas áreas de roça e se destina a produção da farinha, que é processada segundo as técnicas tradicionais das Casas-de-farinha (tráfego).

A caça e a coleta foram terminantemente proibidas. A pesca é esporádica e se destina ao consumo familiar. Não se observou a manutenção da tradição pesqueira na comunidade.

RECOMENDAÇÕES

As transformações da comunidade, ocorridas com a ocupação da área pela NUCLEBRÁS a SEMA, e os traumas criados pela situação da área de segurança pela NUCLEBRÁS, têm criado na população uma falsa-idéia de reencontro da liberdade com a saída da NUCLEBRÁS.

A população desconhece as mudanças violentas que ocorrerão quando da desocupação da área pela NUCLEBRÁS e sua reincorporação pelas imobiliárias, tal como é registrado em outras áreas do Estado. Acreditam que o "progresso" que virá com os loteamentos poderá resolver a necessidade de empregos

Acervo ISA



para as gerações mais novas, não tendo em mente o processo de explusão característico deste tipo de exploração imobiliária.

Em vista do exposto, recomenda-se um estudo detalhado das perspectivas da comunidade, caso a área seja entregue aos proprietários de direito.

Recomenda-se, caso a área seja preservada pelo poder público, um estudo cuidadoso no sentido de garantir o exercício das atividades de agricultura de subsistência e da pesca artesanal, dentro dos padrões culturais estabelecidos historicamente, tal como rege as diretrizes para a preservação do bem tombado.

Por último, recomenda-se que a mão de obra existente seja objeto de estudo visando seu aproveitamento nos moldes das relações de assalariamento para que se evite um perigoso problema social.

Acervo ISA

*ANEXO 1*

*JORNAL DA TARDE*

*03/06/86*

# Quatro mortos em conflito por terras, no litoral Sul.

Quatro pessoas morreram e uma ficou ferida ontem, em Utinga Grande, uma localidade a 250 quilômetros de São Paulo, nos limites da Estação Ecológica da Juréia, entre os municípios de Iguape e Peruíbe. A informação foi recebida na tarde de ontem pelo Grupo da Terra-Equipe de Resolução de Conflito de Terras, da Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (Sudelpa). E agora já chega a 11 o número de pessoas que morreram na área nos últimos cinco anos.

Até o final da noite a Sudelpa não havia conseguido saber se os mortos eram realmente jagunços, como se suspeitava, mas a notícia das mortes acabará acelerando a decisão do Grupo da Terra de solicitar ao Incra a desapropriação da região, que é considerada de sério conflito fundiário.

Atualmente lá existem cerca de 50 posseiros que ocupam, juntos, aproximadamente 500 alqueires. Mas são molestados pelos jagunços de um homem que se diz proprietário de 1.500 alqueires — incluindo os 500 onde estão os posseiros — desde o começo deste ano. Para defender seus direitos, ele tem 12 jagunços, segundo o Grupo da Terra, e estes estão sendo acusados pela morte de Koishe Ise, posseiro assassinado no último dia 15 de novembro.

Na terça-feira, a pedido da Sudelpa, a Polícia Militar de Peruíbe visitou Utinga Grande e lá prendeu três desses jagunços, o PM reformado José Ananias de Santos e Sergio Augusto de Souza Monteiro e Marcos Reginaldo do Amaral, já indiciados, os dois últimos, por furto. Nessa blitz ao local a polícia constatou que de fato a escolinha de Utinga Grande se encontra echada. A professora foi embora, temendo que as ameaças feitas pelos jagunços se concretizassem. Há também um posto de saúde cujas obras se encontram paralisadas por falta de segurança, e os posseiros ressentem-se da falta de um posto policial.

Dos 50 posseiros, quase 30 contam atualmente com assistência jurídica prestada pelo Grupo da Terra. Em oito processos de usucapião especial o juiz já aceitou a justificação de posse de todos eles. Em outros processos de reintegração de posse movidos pelos que se dizem proprietários, os posseiros que estão lá, a maioria há mais de dez anos, também estão sendo defendidos.

Acervo ISA

ANEXO 3

JORNAL DA TARDE

Segunda-feira, 8-9-86

ECOLOGIA

# A Juréia dinamitada. Pela prefeitura.

Funcionários da Prefeitura de Peruíbe foram surpreendidos dinamitando a Estação Ecológica da Juréia, comandados pelo líder do prefeito Benedito Marcondes Sodré na Câmara Municipal, vereador Miltom dos Santos — que nem ao menos tentou defender-se: disse à Polícia Florestal que pretende transformar a Cachoeira das Antas em fragmentos rochosos capazes de facilitar, através de um enrocamento,o acesso de barcos aos loteamentos clandestinos que estão sendo abertos à beira do rio Guaraú.

Tudo isso dentro de uma área de proteção ambiental criada pela Presidência da República há dois anos, junto à Serra da Juréia, no sopé dos Itatins, que o governador Franco Montoro declarou intocável e livre da devastação, até em campanhas publicitárias onerosas. "Tudo isso testemunhado pelo sargento Teixeira, um cabo e quatro policiais militares da Polícia de Florestas e Mananciais do Estado" — que se limitou a multar e escoltar para fora da reserva o vereador e sua equipe, segundo denúncia da Sociedade Ecológica Arebebê de Peruíbe, no litoral Sul de São Paulo.

Arnaldo Paschoalino é o guardião da paisagem onde o padre Leonardo Nunes, o jesuíta que no século XVII construiu a primeira igreja no Brasil — que tem ruínas que levam seu apelido em tupi-guarani, Abarebebê, "padre voador". Presidente de uma sociedade ecológica que se vê às voltas com mais de 80 serrarias, todas mobilizadas na destruição sistemática da Mata Atlântica, Paschoalino é agitado, nervoso, faz críticas implacáveis à política "conivente e de conveniência que permite a existência de uma dessas serrarias no seio do Parque Estadual de Jacupiranga, autorizada a arrebentar 600 hectares de mata teoricamente inviolável e pertencente à coletividade para sempre. Um crime consentido sem o menor pudor ou constrangimento pelo tipo de autoridades que temos".

A dinamitação da Estação Ecológica da Juréia — que há sete anos era declarada "a primeira reserva inviolável da Sema no sudeste do litoral brasileiro" — pode resultar em ação popular contra o governador e contra o ministro de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. A promessa é dos ambientalistas que testemunharam as suas conseqüências:

"Estão querendo explodir a floresta, concretizar a promessa feita pelos especuladores, no dia em que a Juréia virou estação do governo federal, de transformar os seis quilômetros de extensão da ainda intocada praia do rio Verde em um conglomerado urbano semelhante a Copacabana, no Rio" — denunciam os defensores do litoral Sul, que além da cachoeira bombardeada constataram a expansão acelerada de uma malha de estradas para escoamento de palmito, orquídeas raras, toras de espécies nobres como jequitibás, suinãs, canelas, peles de animais silvestres, etc.

R.M.

Acervo ISA



# A N E X O 9

LITORAL SUL - FONTE: Relatório da Qualidade do Meio Ambiente-RQMA - SEMA/MINISTÉRIO DO INTERIOR 1984

| PRINCIPAIS FATORES DE DEGRADAÇÃO | LOCALIZAÇÃO DO FOCO | PRODUTOS | PRINCIPAIS TIPOS DE DEGRADAÇÃO | PRINCIPAIS ECOSSISTEMAS AFETADOS |
|---|---|---|---|---|
| 1) ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA | Praia Grande<br>Monguaguá<br>Itanhanhém<br>Peruíbe<br>Iguape<br>Cananéia | aterros<br>esgotos | biológica | praias<br>matas de encosta |
| 2) AGROTÓXICOS | Vale do Ribeira | organo-clorados<br>fertili-zantes | biológica<br>atmosférica<br>edafológica | rios<br>mar |
| 3) PESCA PREDATÓRIA | ao largo de Cana-néia | | biológica | mar<br>manguezais |
| 4) MINERAÇÃO | Iporanga<br>Registro<br>Jacupiranga | chumbo<br>talco<br>mica<br>caulim | bilógica<br>edafológica | mata Atlântica |
| 5) DESMATAMENTO | Serra do Mar | | biológica | florestas litorâ neas<br>manguezais<br>restinga |
| 6) EXTRAÇÃO DE PALMITO | Reserva de Jacupi ranga | | biológica | Mata Atlântica |
| 7) CAÇA PREDATÓRIA | Serra do Mar<br>Reservas | | biológica | |